

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**CARLOS FRANCISCO DA PAZ**

**O PRECEDENTE JUDICIAL COMO TÉCNICA PROCESSUAL DE  
UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**Cacoal - RO  
2016**

**CARLOS FRANCISCO DA PAZ**

**O PRECEDENTE JUDICIAL COMO TÉCNICA PROCESSUAL DE  
UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da  
Fundação Universidade Federal de Rondônia –  
*Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles –  
Cacoal/RO, como requisito para a obtenção do título  
de Bacharel em Direito, sob a orientação da  
Professora Mestra Daeane Zulian Dorst.

**Cacoal - RO  
2016**

P348p Paz, Carlos Francisco da.  
O precedente judicial como técnica processual de uniformização da jurisprudência brasileira/ Carlos Francisco da Paz– Cacoal/RO: UNIR, 2016.  
69 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Daeane Zulian Dorst

1. Direito processual civil. 2. Precedente judicial. 3. Jurisprudência. I. Dorst, Daeane Zulian. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 347.9

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**O PRECEDENTE JUDICIAL COMO TÉCNICA PROCESSUAL DE  
UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA**

POR

**CARLOS FRANCISCO DA PAZ**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professora Ms. Daeane Zulian Dorst – UNIR – Presidente

---

Professora Esp. Ozana Rodrigues Boritza - UNIR - Membro

---

Professora Esp. Camila Fonseca Queiroz Bisconsin - UNIR - Membro

Conceito: 100

Cacoal, 08 de dezembro de 2016

Aos meus filhos, motivo de tantas lutas.

Aos meus pais, que apesar do pouco que tinham, me deram tudo o que podiam.

E, à minha esposa Luciene pela compreensão nas horas em que passei distante nesse período.

## **AGRADECIMENTOS**

Acima de tudo, agradeço a Deus pelo dom da vida, por ter-me permitido chegar até aqui. Não sou merecedor de tão grande dádiva, mas fui agraciado com a oportunidade de mais essa conquista. Por isso, todo o mérito é de Deus, sou apenas um instrumento que foi manuseado nesse período.

Aos meus pais, Elzanita Maria da Paz e João Francisco da Paz, sei o quanto lutaram para que pudessem ver os filhos crescidos, privando-se, muitas vezes, de algo importante para que tivéssemos o mínimo que nos permitisse galgar novos ares. Sei que não fiz muito ou quase nada para retribuir, mas essa conquista me permitirá dar-lhes um pouco daquilo que tanto me destes, a vida.

Agradecer é ínfimo, nem mesmo a vida toda poderei retribuir suas dedicações e amor, mas tentarei repassar aos meus, as virtudes que me ensinastes como: o temor a Deus, o respeito e amor ao próximo, a honestidade e a sinceridade que fazem do homem um ser melhor e sociável.

A minha esposa Luciene, pela dedicação e cuidado com nossos filhos, que em face das minhas constantes ausências, dedicou-se aos pequenos dirigindo-lhes os passos. Pela compreensão e por passar tantos finais de semana só; por entender-me e ajudar-me até o presente momento.

Aos meus queridos irmãos, que acreditaram em mim, que me ajudaram de alguma forma, especialmente minha irmã Maria Tereza e meu Cunhado Elias Pascolar, pela ajuda e socorros nas horas turvas que enfrentei nessa jornada.

Aos meus filhos, Lucas, Layanny, Louise, Ludmilla e Enzo Gabriel, vocês são a razão de toda essa luta; são o combustível que me move a ir mais longe. Sei que neste período fui distante, mas de agora em diante estarei mais perto, para ajudá-los na medida das vossas necessidades.

Nessa caminhada fiz amigos, e, por que não irmãos, cada qual com suas

características e personalidades próprias, mas que de muito incrementou meu aprendizado convivencial, agradeço pela ajuda que recebi de todos os colegas de sala, os mais próximos e os mais afastados, pois sem vocês não seria possível chegar até aqui. Saibam que cada um foi essencial na medida certa para minha estada com vocês. Aos mais próximos: Franco Augusto, Ilan Jeferson, Wellington Lamborgini, Pedro Henrique, que apesar de nossas diferenças ideológicas, sociológicas, religiosa, etc, mantivemos nosso grupo. Sozinho, de agora em diante será mais difícil, mas já tenho os macetes, aprendi com vocês.

Aos demais: Mônica, obrigado pela ajuda neste último período, Gislene Delaparte, a sua ajuda me foi essencial; Raissa, Max, Graciele, Franciele, Itamar, Wilson, Augusto, Janaira, Fernanda, Heloisa e Carla Caroline. Sem, contudo, esquecer de todos aqueles que passaram por nossa turma, especialmente a Meuri.

Aos queridos mestres, todos indistintamente, sem vocês meu conhecimento seria deficitário; vocês abriram meu horizonte, novas perspectivas e fizeram com eu vislumbasse ir mais longe, meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora Professora Mestra Daeane Zulian Dorst, que dentre esses ilustres mestres não poderia deixar de prestar meus eternos agradecimentos. Especialmente pela força e motivação, que transpassaram as salas de aula, pelo incentivo e ajuda imensuráveis; pela ajuda na presente pesquisa, pela dedicação e orientação, obrigado!

Por fim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para esse momento tão especial na minha vida; àqueles que torceram por mim, mesmo sem estarem presentes, os quais carrego em meu coração, as sinceras manifestações de apreço daqueles que só o tempo ou a eternidade revelará, agradeço.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”. (Albert Einstein)



## RESUMO

A presente pesquisa se propôs a fazer uma análise das implicações que o precedente judicial passou a exercer sobre o sistema processual civil brasileiro, especialmente a jurisprudência, diante de sua obrigatoriedade trazida pelo Código de Processo Civil de 2015. Para isso, parte da busca pela diferenciação de dois grandes sistemas jurídicos influenciadores do direito no ocidente: o *Civil Law* e *Common Law*. Aborda-se as bases elementares do precedente judicial e suas técnicas de fixação, aplicação e superação, com vista a estabelecer os parâmetros que nortearão a uniformidade da jurisprudência, conforme elencado no Código de Processo Civil de 2015. Assim, busca-se verificar se o sistema de precedente judicial, ora proposto no Código de Processo Civil, se evidenciará como uma técnica de uniformização e estabilização da jurisprudência, garantindo a efetividade do processo, em respeito as garantias constitucionais: da segurança jurídica, celeridade processual, igualdade e previsibilidade das decisões judiciais.

**Palavras-chave:** *Civil Law*, *Common Law*, Precedente judicial, Jurisprudência, Processo Civil.

## **ABSTRACT**

The present study proposed to analyze the implications that the judicial precedent began to exercise on the Brazilian civil procedural system, especially the jurisprudence, in view of its obligation brought by the Code of Civil Procedure of 2015. For this, part of the search for differentiation of the two major legal systems influencing law in the West: the Civil Law and Common Law. It addresses the elementary bases of judicial precedent and its techniques of fixation, application and overcoming, in order to establish the parameters that will guide the uniformity of jurisprudence, Civil Procedure Code of 2015. Thus, it is sought to verify if the system of judicial precedent, as proposed in the Code of Civil Procedure, will expose itself as a technique of standardization and stabilization of jurisprudence, guaranteeing the effectiveness of the process, in Respect for constitutional guarantees: legal certainty, speed of procedure, equality and predictability of judicial decisions.

**Key words:** Civil Law, Common Law, Judicial precedent, Jurisprudence, Civil Procedure.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 DOS SISTEMAS COMMON LAW E CIVIL LAW .....</b>	<b>15</b>
1.1 SISTEMAS JURÍDICO E TRADIÇÕES JURÍDICAS.....	14
1.2 ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DO COMMON LAW.....	17
1.3 O CIVIL LAW E SUA ORIGEM NO DIREITO ROMANO-GERMÂNICO .....	18
1.4 A FILIAÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	19
<b>2 PRECEDENTE JUDICIAL .....</b>	<b>22</b>
2.1 CONCEITO.....	22
2.2 O PRECEDENTE JUDICIAL E A JURISPRUDÊNCIA.....	26
2.3 A FUNÇÃO NOMOFILÁCICA DO PRECEDENTE JUDICIAL .....	28
2.4 ELEMENTOS DO PRECEDENTE JUDICIAL .....	30
2.4.1 <i>Ratio Decidendi</i> .....	30
2.4.2 <i>Obter Dictum</i> .....	32
2.5 TÉCNICAS DE APLICAÇÃO E DE SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL .....	33
2.6 <i>DISTINGUISHING</i> .....	34
2.7 <i>OVERRULING</i> .....	35
2.8 PRECEDENTE JUDICIAL E A JURISPRUDÊNCIA COMO FONTE DO DIREITO BRASILEIRO .....	37
2.9 O PRECEDENTE JUDICIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	38
<b>3 PRECEDENTE JUDICIAL E UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....</b>	<b>42</b>

3.1 O PRECEDENTE JUDICIAL COMO TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA .....	44
3.2 VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES COMO TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO.....	47
3.3 O PRECEDENTE JUDICIAL COMO CRITÉRIO DE ORIENTAÇÃO À INTERPRETAÇÃO NORMATIVA .....	49
3.4 IGUALDADE E SEGURANÇA JURÍDICA EM FACE DO PRECEDENTE JUDICIAL.....	51
3.5 DESESTÍMULO À LITIGÂNCIA E FAVORECIMENTO DE ACORDOS .....	54
3.6 ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À TEORIA DOS PRECEDENTES .....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

Com a vigência do Código de Processo Civil de 2015, o sistema processual passou a adotar uma nova vertente quanto a aplicação dos métodos e meios de interpretação e integração do direito. A adoção dos precedentes judiciais como uma fonte do direito valoriza o papel da hermenêutica como teoria interpretativa a serviço da superação da concepção positivista do direito.

Os precedentes judiciais apresentam-se como um novo método de raciocínio jurídico, dado ao fato que os mesmos deverão ter uma maior carga argumentativa, pois cabe ao juiz o compromisso com a consistência interpretativa, na qual demonstre a plausibilidade e defenda a racionalidade da decisão judicial.

Diante das constantes mutações pelas quais passa o direito contemporâneo, tanto no plano local como no global, o direito brasileiro passou a sofrer influência do sistema jurídico *Common Law*, especificamente, dos precedentes judiciais.

Ao se estabelecer, no Código de Processo Civil, o respeito aos precedentes judiciais e a uniformização da jurisprudência, o legislador reforçou princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, tais como: da segurança jurídica, isonomia, dentre outros. Visando, com isso, que as partes tendam a buscar resolver suas lides por meio de acordos. De igual maneira, a uniformização assegura aos litigantes uma maior segurança em relação as decisões judiciais.

O presente tema tem importante papel na atualidade, primordialmente, frente ao grande problema enfrentado pelo Poder Judiciário, a saber: o grande número de demandas processuais, bem como os incontáveis recursos que chegam aos órgãos superiores. O Código de Processo Civil de 2015, caminha nessa direção, visando combater essas inconsistências ao elencar o uso dos precedentes judiciais de forma obrigatória, formando uma uniformização das decisões judiciais quando tratarem de casos semelhantes.

O cerne da discussão sobre os precedentes judiciais no Brasil está na

formulação de seu conceito e aplicabilidade. Os processualistas brasileiros estão divididos quanto da sua efetiva aplicabilidade no sistema jurídico brasileiro. De um lado, há aqueles que defendem sua aplicação, pois justificam que diante do quadro da morosidade, da incoerência e insegurança do sistema jurídico brasileiro, os precedentes judiciais prospectam-se como uma técnica de uniformização da jurisprudência, o qual promoverá e elevará o princípio da igualdade aos termos ideais propostos pelo legislador constitucional.

De outro lado, há aqueles que não aceitam tal argumento. Segundo eles, a aplicação de um sistema de precedente no Brasil, surtirá um efeito contrário àquilo que os seus defensores sugerem, essencialmente, porque causará um engessamento do sistema jurídico, pois os precedentes configuram um sistema de tradições e de costumes e, isso não se impõe através de leis. Ou seja, sendo o Brasil um país de tradição *Civil Law*, onde a lei deve ser a fonte imediata das regras impostas à sociedade, os precedentes judiciais, instrumento elementar do *Common Law*, para o qual os costumes e as tradições jurídicas devem ser obrigatoriamente observados e respeitados, não teriam aplicabilidade.

A presente pesquisa propõe-se a analisar de forma dialética e sistemática o papel dos precedentes judiciais frente a sua positivação<sup>1</sup> no sentido do Código de Processo Civil de 2015, sem, contudo, adentrar na discussão hermenêutica que envolve os seus elementos constitutivos, mas tão somente fazendo uma abordagem de maneira geral, visando compreender como o precedente judicial, tal qual estabelecido no Código de Processo Civil, pode vir a ser efetivamente uma técnica de uniformização da jurisprudência.

A técnica metodológica adotada foi a pesquisa bibliográfica, a partir de pesquisas em publicações periódicas, doutrinas, jurisprudências e legislações pertinentes.

Nesse propósito, buscando conciliar as duas correntes frente a propositura da instituição dos precedentes judiciais no Código de Processo Civil de 2015, buscou-se traçar os caminhos percorridos pelo precedente judicial até a atualidade. Num primeiro momento, elencou-se a formação dos dois principais sistemas jurídicos adotados por quase todas as nações que primam pelo Estado Democrático de Direito, o *Common Law* e o *Civil Law*, suas origens e suas principais características enfatizando ainda, as

---

<sup>1</sup> Quando se fala em positivar na presente pesquisa, trata-se de uma lei elencando determinado assunto.

razões pelas quais o sistema jurídico brasileiro adotou o sistema *Civil Law*.

Em seguida, demonstrou-se, de forma geral, o precedente judicial, sua complexa e destoante conceituação; o papel que ele exerce na formação da jurisprudência, seus elementos essenciais: *Ratio Decidendi* e *Obter Dictum* e demais técnicas que o envolve, bem como o seu uso no sistema jurídico brasileiro, com ênfase no atual Código de Processo Civil.

Por fim, buscou-se elencar como o uso dos precedentes, nos termos propostos pelo Código de Processo Civil de 2015, funcionará como uma técnica de uniformização da jurisprudência brasileira, permitindo formar um sistema de precedente, que apesar de ser diferente daquele usado no *Common Law*, possa ter uma efetiva aplicabilidade que permita ao sistema processual brasileiro amenizar as constantes e recorrentes críticas, pelos inúmeros casos com direitos semelhantes, mas com desfechos totalmente diferentes.

# 1 DOS SISTEMAS COMOMM LAW E CIVIL LAW

## 1.1 SISTEMAS JURÍDICOS E TRADIÇÕES JURÍDICAS

Todo sistema jurídico existente se consubstancia de uma formação histórica, na qual são construídas as normas e regras que determinam as aspirações e anseios da sociedade na qual ele está inserido. Segundo Almeida (1998, p.10), os “sistemas jurídicos são conjuntos coerentes de normas e de instituições jurídicas que vigoram em relação a um dado espaço e/ou a uma certa comunidade”. Nesse mesmo sentido, nas palavras de Merryman e Perdomo (2009, p. 22):

Uma tradição jurídica é, na verdade, um conjunto de atitudes historicamente condicionadas e profundamente enraizadas a respeito da natureza do direito e do seu papel na sociedade e na organização política, sobre a forma adequada da organização e operação do sistema legal e, finalmente, sobre como o direito deve ser produzido, aplicado, estudado, aperfeiçoado e ensinado. A tradição jurídica coloca o sistema legal na perspectiva cultural da qual ele, em parte, é uma expressão.

Ao se fazer uma análise mais profunda desses dois conceitos, percebe-se uma aproximação terminológica e conceitual que muitas vezes se confundem. No presente trabalho, de forma geral, tratar-se-á dos dois termos como sendo um conjunto de normas jurídicas aplicável a determinada sociedade, bem como em algumas situações tais termos podem ser tratados como famílias jurídicas.

A maioria das nações ocidentais estruturaram seus sistemas jurídicos em dois principais grandes grupos, de um lado, o direito anglo-saxão, revelado nos costumes e jurisdições, sendo, portanto, tido como um “direito comum”, ou seja, da observância do que acontecia e dos costumes da época extraia-se o direito que seria aplicado e tais decisões tornavam-se como padrão para aplicação a casos vindouros. Do outro, o direito romano-germânico, o qual partia da concepção de que o direito deve ser codificado. Esse sistema resultou da evolução do direito romano, com expoência na Europa e posteriormente estendendo-se a outros países não europeus. Nesse sistema, tem-se a lei como a fonte primordial do direito, sendo esta a regra criada pelo Estado, na qual o jurista desenvolve suas atividades (BATALHA e RODRIGUES NETO, 2000).

De acordo com Wambier (2009), essas duas tradições jurídicas se pautavam nos seguintes princípios: no *Commom Law*, o direito é criado e amoldado pelos juízes,



enquanto que no *Civil Law*, essa criação está a cargo do poder legislativo a quem incumbe produzir às leis.

Lopes Filho (2016, p. 34), aduz que devido aos conflitos históricos entre o rei e os senhores regionais na Inglaterra, onde antagonicamente concorriam o Direito Real e as ordens locais, os juízes ingleses se posicionaram favoravelmente ao Direito descentralizado. Na França, ao contrário, os juízes se colocaram em defesa do Direito Real, e por consequência, com a conquista imposta pela Revolução, os juízes perderam espaço, e diante dos novos ideais conquistados, submeteram-se às leis criadas pelo parlamento.

Dessa forma, pode-se verificar que os sistemas e tradições jurídicas que cada sociedade escolhe para reger seus interesses e as suas mais diversas, complexas e dinâmicas relações, levam em consideração o período histórico bem como a valorização que é dada aos elementos estruturais do Estado.

Assim, a sociedade ocidental dividiu-se em dois grandes sistemas jurídicos ao instituir os conjuntos de normas que ditam e regulam as condutas de seus indivíduos: *Civil Law* *Commom Law*.

Essa escolha que cada nação faz, a qual tradição jurídica se filiar, influencia a atividade jurisdicional, que claramente se evidencia nas decisões proferidas, assim, ao estabelecer conceitos (formulados a partir das decisões dos julgadores) que se apresentam na forma de jurisprudências e precedentes, cada tradição tem características próprias, para lidar com cada um desses elementos (LOPES FILHO, 2016).

Tratando desse assunto, Streck (2011, p. 28) destaca três tradições que influenciaram/influenciam os sistemas jurídicos das nações ocidentais, a saber:

[...] a inglesa, com destaque da figura do juiz, a francesa, com proeminência do legislativo, e a alemã, com prestígio aos doutrinadores. Em cada uma delas, os elementos característicos das demais são conhecidos. Todos lidam com o texto legislativo, doutrinas e pronunciamentos jurisdicionais como componentes do Direito. O que diverge é a primazia que se lhes atribui, a eficácia que se lhes conferem e a maneira de operá-los.

Em que pese Streck elencar como terceira tradição, a alemã, a presente pesquisa considerará apenas duas, conforme elenca autores como Wambier e Mancuso, dentre outros, ou seja, *Civil Law* e *Common Law*, pois, a tradição germânica está abarcada pelo sistema *Civil Law*, pois para eles, no direito romano-germânico está posta a base do *Civil Law*.

Assim, o sistema ou a tradição adotada determinará quais serão os pressupostos elementares e norteadores que ditarão as regras jurídicas seguidas por uma determinada sociedade. Nota-se que o sistema jurídico brasileiro, diante da evolução do Direito, incorporou aspectos tanto da tradição *Civil Law* como da *Common Law*, quanto a esta, figura no sistema brasileiro o controle de constitucionalidade, elemento instituído precipuamente pela tradição *Common Law*. Enquanto aquela, revela-se na dependência que o sistema jurídico brasileiro tem da produção de leis por parte do poder legislativo (LOPES FILHO, 2016).

Dessa feita, o Direito moderno, praticado na maioria das nações democráticas da atualidade, teve como fundamentos aquele praticado no continente Europeu, seja *Common Law* ou *Civil Law*.

## 1.2 ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DO COMMON LAW

O sistema *Common Law* tem origem no direito anglo-saxão com predominância do direito inglês. Esse sistema advém da aplicação do direito costumeiro, no qual para casos semelhantes devem ser dispensados tratamentos iguais. Assim, as decisões judiciais não ficam restritas apenas às partes, mas elas ganham amplitude para alcançar os casos posteriores que demonstrem semelhanças.

Historicamente, o *Common Law* remonta aos tribunais de Westminster, na Inglaterra, que após a conquista Normanda, passou a criar um direito denominado *Common Law*, em substituição ao direito que era aplicado pelas tribos individualmente. As decisões proferidas por esses tribunais ganharam *status* de normas, arraigadas nas tradições, sem a necessidade de se apresentarem codificadas (SOARES, 2000).

Camelo (2009, p. 18), aduz que: “Nesse sistema, pretende-se que o núcleo essencial de um julgado seja equiparado à regra jurídica, sendo suficientemente capaz de subsidiar a decisão em casos semelhantes”.

No sistema *Common Law* adota-se a teoria do *Stare Decisis*, um termo derivado da expressão latina, *stare decisis et non quieta movere*<sup>2</sup> (GALIO, 2014). Essa teoria é a fonte base de onde procedem os precedentes judiciais como norma de observância obrigatória. Assim, é a prática de aplicar os precedentes para o

---

<sup>2</sup> “Mantenha aquilo que já foi decidido e não altere aquilo que já foi estabelecido”. (GALIO, 2014, sp)

desenvolvimento do raciocínio jurídico na decisão ou como forma de alegação, de modo a manter a igualdade entre casos anteriores e presentes que sejam similares, a base do *Stare Decisis* (NOGUEIRA, 2015). No entendimento de Mancuso (2014, p. 44):

A tradição do *Common Law* reconhece dois elementos principais: o costume e a equidade. Aquilo que a sociedade ou a cultura consideram como seu costume, dita a natureza do Direito no sistema de *Common Law*. Uma conduta que a sociedade considere errada pode caracterizar um ilícito sem que necessariamente isso tenha sido escrito ou codificado.

Nessa perspectiva, o sistema do *Common Law* evidencia-se em duas direções, guarda respeito as decisões passadas, ou seja, aquilo que já foi decidido em um caso concreto pode ser aplicado novamente àqueles casos que tenham semelhanças. Na outra direção, ele prospecta um padrão a ser seguido para o futuro.

### 1.3 O CIVIL LAW E SUA ORIGEM NO DIREITO ROMANO-GERMÂNICO

O *Civil Law* por sua vez, segundo Ataíde Junior (2012), decorre do direito romano-germânico, o qual tornou-se o sistema adotado na Europa desde os tempos medievais. No entanto, o *Civil Law* somente ganhou ênfase com os ideais revolucionários francês, os quais, na luta contra o absolutismo, almejaram a substituição do poder do rei por um outro poder absoluto, em vista disso, o parlamento estabeleceu como competência exclusivamente sua, a de criar as normas (direito), enquanto que os juízes deveriam apenas declarar, diante do caso analisado, tal direito. Nesse sentido, Marinoni (2009, p. 46) destaca que:

Para a revolução francesa, a lei seria indispensável para a realização da liberdade e da igualdade. Por este motivo, entendeu-se que a certeza jurídica seria indispensável diante das decisões judiciais, uma vez que, caso os juízes pudessem produzir decisões destoantes da lei, os propósitos revolucionários estariam perdidos ou seriam inalcançáveis. A certeza do direito estaria na impossibilidade de o juiz interpretar a lei, ou, melhor dizendo, na própria Lei. Lembre-se que, com a Revolução Francesa, o poder foi transferido ao Parlamento, que não podia confiar no judiciário.

Montesquieu, com a teoria da separação dos poderes, estabeleceu que, se o judiciário não estivesse separado dos demais poderes, os juízes teriam o poder para interpretar as leis, e, por conseguinte, poderiam distorcê-las. Em face disso, emergiu o *Civil Law*, ou seja, a lei como fonte principal do direito, no qual o legislativo teria a

função de criar as leis, de maneira que elas pudessem abarcar todas as soluções possíveis para os conflitos entre os homens, não restando espaço para que os juízes criassem interpretações (ATAÍDE JUNIOR, 2012). Tratando desse assunto, Nogueira (2014, p. 15) menciona que:

Uma das diferenças existentes entre os dois sistemas refere-se ao fato de que no *Common Law* os doutrinadores são em geral os magistrados, enquanto que no *Civil Law* a doutrina é anunciada por teóricos. Essa peculiaridade do *Civil Law* decorre da formação dos países que o originaram, uma vez que em razão de estabelecimento da teoria da separação de poderes houve a substituição do sistema costumeiro pelo direito exclusivamente produzido pelo Estado, por meio do Poder Legislativo.

Nesse sentido, o sistema do *Civil Law* estabelece-se numa estrutura jurídica que tem por base e como fonte primordial a lei, o texto, provindo da função legislativa do Estado, a qual elenca as possibilidades de resoluções dos conflitos que emergem da sociedade. Para Marinoni (2009-B, p. 01):

O *civil law* carrega, a partir das bandeiras da Revolução Francesa, dogmas que ainda servem para negar conceitos e institutos que, muito embora não aderentes à sua teoria e tradição, mostram-se indispensáveis diante da prática e da realidade de países que se formaram a partir da doutrina da separação estrita entre os poderes e da mera declaração judicial da lei.

Desta feita, o sistema *Civil Law* estabeleceu-se a partir das diretrizes do sistema jurídico romano-germânico, que dominou as regras jurídicas aplicadas na Europa continental desde o século VII, o qual tinha no direito romano antigo e no direito canônico sua fonte imediata, e posteriormente incorporou os costumes dos povos germânicos que passaram a ocupar a Europa central. A formação do sistema de direito romano-germânico, está ligado ao renascimento cultural que se produz nos séculos XII e XIII no Ocidente europeu (LIMA, 2013).

Nesse sentido, o sistema Civil Law, caracteriza-se por ter em seus elementos constitutivos, técnicas usadas no direito romano, assim como as usadas no direito germânico, tendo como a principal, a codificação das leis e normas.

#### 1.4 A FILIAÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Sob uma ótica histórica, o sistema jurídico brasileiro, em princípio, herdou muitas proposições do direito português, quando do descobrimento vigoravam as

ordenações Afonsinas, substituídas pelas Manuelinas, posteriormente pelas Filipinas, chegando ao período do Brasil colônia, quando se aplicavam os assentos e ordenações portuguesas. Com a instituição da República Brasileira, o Brasil aderiu ao modelo de sistema jurídico trazido por Portugal, o *Civil Law*, que teve uma pequena alteração, diferentemente dos ideais revolucionários franceses, nos quais os juízes deviam aplicar a lei sem nenhum juízo de valor, aos juízes brasileiros foi permitido, em alguns casos, fazer uma livre interpretação da lei (MANCUSO, 2014).

Conforme delineado acima, por tradição, no Brasil, o sistema jurídico adotado foi o *Civil Law*, para o qual a lei se mostra como a fonte imediata do direito, esse fato apresenta-se como ferramenta limitadora, em certos casos, de interpretação por parte do juiz. Esse caráter de supremacia legislativa foi positivado no ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988, artigo 5º, II, ao estabelecer que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (BRASIL, 1988).

Nota-se, portanto, que o modelo jurídico brasileiro arraigado no sistema *Civil Law*, tem como fonte primordial do seu direito a vinculação à produção legislativa. Assim, o juiz confronta o caso concreto com o que estabelece a lei, formulando a partir disso seu raciocínio de convencimento. No entanto, Ramires (2010, p. 61) assegura que:

A peculiaridade do sistema brasileiro está no controle de constitucionalidade, que pode ser realizado por qualquer juiz ou tribunal e não somente por um tribunal constitucional. No Brasil é conferido à magistratura ordinária, inclusive ao juiz de primeiro grau o poder de negar a aplicação de uma lei. Isto ocorre quando o magistrado se depara com caso concreto, no qual a lei está em desacordo com a Constituição Federal.

Nesse sentido, o sistema jurídico brasileiro busca uma aproximação com alguns conceitos expoentes de outros sistemas, a exemplo do *Common Law*. E isso se dá, devido a atual interligação que existe entre os povos proporcionada pela tecnologia e resultado da globalização que tem aproximado as nações. Assim, notadamente, há uma convergência dos sistemas jurídicos que têm absorvido conceitos alienígenas amoldando-os para que se tornem aplicáveis dentro das suas juridicidades. Isso porque, faz-se necessário um direito que seja ágil e instantâneo para encontrar soluções que se amoldem aos novos conflitos do dia a dia. Assim, o uso dos mais diversos métodos empregados ao direito em todas as nações, tem por objetivo comum, nada mais, que a manutenção e preservação da segurança jurídica

e da isonomia como elementos de pacificação social (MANCUSO, 2014).

Muito tem-se discutido a eficácia do sistema *Civil Law* no direito brasileiro, pois este não tem sido capaz de dar uma resposta eficaz e satisfatória as inúmeras e diversas demandas trazidas ao judiciário. Isso deve-se de acordo com Marques (2015, p. 18) porque:

Em um ordenamento jurídico de *civil law*, a lei positivada, posta pelo legislador, é o centro nevrálgico do sistema. Correlacionada a esta primazia da lei como fonte normativa está a ideia de preexistência das normas jurídicas, que devem ser apenas “descobertas” ou “encontradas” no ordenamento jurídico (positivado, posto pelo legislador) pelo intérprete, principalmente pelos juízes. Não cabe ao juiz “criar o Direito”, introduzindo ou modificando normas jurídicas, bastando apenas declarar sua existência a partir da análise dos textos normativos.

Essa teoria arraigada no seio do *Civil Law*, de que a lei deve ter a capacidade de abarcar todas as respostas para todos os conflitos que emergem da sociedade, tem-se demonstrado incapaz, pois a sociedade está sempre um passo à frente na escala evolutiva, o que torna o direito em alguns casos ultrapassado. Marques (2015, p. 18) aduz que:

Esta teoria, chamada de cognitivista, formalista ou tradicional, tem sua origem nas ideias do Iluminismo (soberania popular e divisão dos poderes: a criação de normas jurídicas é de competência do Poder Legislativo, composto por representantes eleitos pelo povo), nos ideais da Revolução Francesa (e a necessidade de controlar e limitar o poder dos juízes, ligados que estavam aos interesses do *ancien régime*) e na codificação napoleônica e a ideia de que os códigos teriam as normas necessárias e suficientes para regular todo e qualquer litígio levado à solução do Judiciário.

Nesse sentido, em que pese o sistema jurídico brasileiro ter suas raízes no *Civil Law*, percebe-se que vários elementos jurídicos de outras nações têm sido usados com vista ao aprimoramento do direito e que sua aplicação seja a mais justa possível, pois o Direito deve ser útil, necessita estar atento as mudanças sociais que ocorrem continuamente tornando-o um depósito dessas conquistas. Neves (2006, p. 81), aduz que: “o direito constitui, em outras palavras, um sistema normativamente fechado, mas cognitivamente aberto. A qualidade normativa serve a autopoiese, a cognitiva serve à concordância desse processo entre o ambiente e o sistema”.

## 2 PRECEDENTE JUDICIAL

### 2.1 CONCEITO

Diversas conceituações são atribuídas ao precedente judicial. No entanto, nenhuma delas conseguiu abarcar todas as nuances que o envolve, isso porque, sendo um elemento do sistema *Common Law*, sua aplicação em outros sistemas sempre vai depender de amoldamentos com vista a torná-lo eficaz. Nesse sentido, diz-se que o precedente judicial é mais uma técnica do que uma ciência, e aprendê-lo por meio da discussão doutrinária é tão difícil quanto tentar aprender a andar de bicicleta por meio da leitura de um livro sobre mecânica, acrescente-se ainda a controvérsia que o circunscreve (FARNSWORTH, 1963 *apud* DIDIER, BRAGA E OLIVEIRA, 2016).

Para se ter uma compreensão adequada do que seja um precedente, há que se delimitar o alcance desse termo. Atualmente, tem sido utilizado de forma ampla, seja como sinônimo de decisão judicial, seja como jurisprudência. No entanto, essa delimitação faz-se necessária para a instituição e compreensão de um sistema de precedentes.

Assim, Ardele e Oliveira (2014, p. 308) propõe que precedente judicial deve ser entendido como: “um pronunciamento judicial que, por sua autoridade e consistência, deveria ser adotado por outros juízes como padrão para a decisão de casos semelhantes”.

Fundamentado na teoria do *stare decisis*, base elementar do *Common Law*, o precedente judicial transpassa as margens que as decisões judiciais estabelecem entre as partes. Ele avança de um estágio endoprocessual para a etapa panprocessual, ou seja, as decisões deixam de estar restritas apenas as partes litigantes, ganhando o condão de influenciar nas futuras demandas que venham a tratar de matéria que possuem similitudes (MANCUSO, 2014). Nesse diapasão, Madeira (2011, p. 527) aduz que:

O precedente judicial deve ser conceituado em cada ordenamento jurídico, em função da combinação de quatro diferentes fatores, ou pela interseção de quatro dimensões. Cada uma dessas dimensões inclui várias possibilidades, graus e peculiaridades, cada qual (em maior ou menor intensidade) existente em qualquer legislação. São elas: a) a dimensão institucional do precedente; b) dimensão objetiva do precedente; c) dimensão estrutural do precedente; e d) dimensão da eficácia.

No entendimento de Didier, Braga e Oliveira (2013, p. 385 e 341) “o precedente é um fato. Em qualquer lugar do mundo onde houver decisão jurisdicional, esse fato ocorrerá”. Tomando por base esse conceito, os autores elencam que, de forma ampla, o precedente judicial pode ser conceituado como: “a decisão judicial tomada à luz de um caso concreto, cujo núcleo essencial pode servir como diretriz para o julgamento posterior de casos análogos”.

Para Mancuso (2007), o precedente judicial pode ser conceituado como o instrumento por meio do qual o Judiciário, enquanto instituição incumbida de exercer a jurisdição constitucional, edita normas que serão aplicadas a casos futuros, as quais são atribuídas racionalidade na medida em que o julgador expõe as razões de decidir.

Ainda, de acordo com o entendimento de Ataíde Jr. (2012, p. 62), “o precedente constitui-se numa decisão judicial, considerada em relação de autoridade a outras, cujo núcleo essencial, extraível por indução, tende a servir como premissa para julgamentos posterior de casos análogos”.

Para Marinoni (2013, p. 342) “o precedente é a primeira decisão que elabora a tese jurídica ou é a decisão que definitivamente a delineia, deixando-a cristalina”. Ataíde Jr. (2012, p. 65) aduz que:

[...] Pode-se afirmar que precedente judicial é uma decisão, que pode ter eficácia vinculante ou meramente persuasiva, a depender do sistema jurídico, podendo ser produzido tanto em ação concreta como abstrata, tendo como fundamento servir de diretriz ao julgamento de futuros casos análogos, visando assegurar maior previsibilidade na realização do direito e tratamento isonômico aos jurisdicionados, ou melhor, tratar da mesma forma os casos similares.

Nesse mesmo diapasão, Bustamante (2012) classifica os precedentes judiciais como um sistema jurídico fragmentado, não estruturado em códigos e estabelecido na tradição, que tem como fonte principal, reconhecido pelos órgãos competentes para dizer e interpretar o direito, o costume.

Destarte, todos os conceitos expostos acima convergem numa mesma direção, a saber: o precedente judicial se desponha, no caso concreto, como um padrão de direção que deve ser seguido pelos interpretes do direito.

No entanto, na seara processualista as divergências são constantes, e quando o assunto é precedentes judiciais, acaloradas discussões tomam conta dos debates entre os doutrinadores. Há, assim, uma divisão explícita nos entendimentos quanto a conceituação e aplicação dos precedentes judiciais no sistema jurídico



brasileiro. Tecendo críticas ao atual modelo de conceituação e aplicação dos precedentes judiciais, Lopes Filho (2016, p. 135) aduz que:

[...] percebe-se a falta de maior coerência na abordagem dos precedentes. A doutrina brasileira e mesmo o judiciário detectam o fato de que, em razão do fortalecimento da jurisdição em um Estado de Direito Constitucional, há a necessidade de se reavaliar o papel dos pronunciamentos jurisdicionais. Em vez, porém, de se construir novo referencial teórico, importam-se institutos de tradição inglesa, e se os remodela pela tradição normativista nacional. Como resultado, tem-se um paradoxo de motivos ditados pelo constitucionalismo contemporâneo com resultados próprios do positivismo normativista e pretensões, ainda, exegéticas, mesclando com o cetismo realista.

Nota-se que, para o referido autor, a implantação do modelo de precedentes judiciais do sistema *Common Law*, no sistema jurídico brasileiro, incorre em incoerência sistêmica, pois para ele:

Os erros cometidos decorrem, em suma, de um apego a concepção teóricas, ideológicas e filosóficas forjadas na modernidade, e remodeladas pelo positivismo e pelo realismo, e que não são mais aptas a lidar com os desafios contemporâneos. (LOPES FILHO, 2016, p. 135)

Nesse sentido, os atuais intérpretes do direito têm feito uma leitura superficial do direito, com vista a um juízo universal, o qual se estabelece a partir da interpretação do texto legislativo posto, fazendo-se necessário trazer à tona os instrumentos da filosofia do século XX, e aplicá-los à filosofia do direito, caso contrário, a teoria dos precedentes se mostrará desatualizada (LOPES FILHO, 2016).

Por outro lado, vários são os que veem com bons olhos a implantação do sistema de precedentes no processo civil brasileiro. A globalização permitiu uma maior aproximação entre os povos e trouxe também essa possibilidade de buscar métodos e instrumentos usados em uma nação e modelando-os para poder aplicá-los internamente, no caso do Brasil, um país com um sistema processual filiado a família do *Civil Law*, passou a receber influência da família do *Common Law*, como exemplo: a adoção do sistema de precedentes. Devido aos excessivos números de processos e recursos, o sistema jurídico brasileiro viu na teoria dos precedentes um modelo de saída para esse problema (ROSA, 2016).

Tratando desse assunto, Rosa (2016, p. 50), elenca os motivos porque os precedentes se apresentam como uma solução plausível ao sistema jurídico brasileiro:

Se de um lado a *Civil Law* estabelece uma série de direitos e garantias ao jurisdicionado, por outro, o sistema processual inviabiliza a concretização desses mesmos direitos ante um sistema burocrático obsoleto. Se os precedentes são atualmente uma realidade no sistema pátrio, necessária se faz uma apuração das vantagens de seu emprego na solução de conflitos a fim de se buscar alternativas ao volume invencível de causas levadas ao poder judiciário. Essas vantagens ou pontos positivos estão presentes sobretudo na eficácia dos precedentes, isto é, na sua capacidade de produzir efeitos no mundo jurídico.

Para a referida autora, o modelo até então adotado (*Civil Law*) tornou-se ultrapassado, pois este não se mostrou capaz de resolver a demanda processual trazida ao judiciário. Nesse sentido, a adoção de instrumentos de um novo sistema se mostra razoável, uma vez que pode-se identificar os aspectos positivos na aplicação desta técnica, bem como sua eficácia jurídica na resolução dos casos que guardem semelhanças.

No Brasil, como decorre em todos os sistemas jurídicos filiados à família do *Civil Law*, as decisões judiciais têm como fonte primordial a lei. Apesar de os “precedentes judiciais” estarem presentes no sistema jurídico brasileiro, não havia uma obrigatoriedade que os elevassem ao condão de aplicabilidade das leis, e isso se explica de acordo com Donizete (2015, *online*) porque:

No *Civil Law* o precedente tem a função de orientar a interpretação da lei, mas não necessariamente de obrigar que o julgador adote o mesmo fundamento de decisão anteriormente proferida e que tenha como pano de fundo situação jurídica semelhante. Exceto quando se tratam de precedentes vinculados (súmulas vinculantes, p. Ex), o juiz não está obrigado a seguir.

Essa não obrigatoriedade, por vezes, causava uma insegurança para aqueles que buscavam a jurisdição efetiva do Estado. É fato que o direito tem a obrigação de acompanhar a evolução da sociedade, mas, mesmo nesse estado evolutivo, ele precisa ter um mínimo de estabilidade, coerência, igualdade e previsibilidades nas decisões judiciais, produzindo a uniformidade, quando da análise de casos semelhantes. Não se pode comparar a busca pela tutela jurisdicional como a um jogo de loteria (DONIZETE, 2015).

O precedente judicial da forma como ele vem sendo aplicado no Brasil, foi elevado pelo Código de Processo Civil de 2015, a uma condição de fonte do direito, se bem que em algumas situações, já exercia tal função, mas doravante, foi positivado, sendo dever de todos quando da propositura das demandas, verificar suas existências. E isso faz com que os próprios juízes e tribunais estejam vinculados às

suas próprias decisões, para evitar-se que seja dado tratamento desigual a casos similares (MARINONI, 2012).

Nesse sentido, e sob a nova perspectiva que os precedentes judiciais trouxe no código de processo civil de 2015, elenca Nogueira (2015, *online*):

A abertura de pelo NCPC de um capítulo para tratar de um sistema de precedente é muito significativa e nos impele a pensar sobre quais alterações se seguirão no ordenamento jurídico e, também, no mecanismo de decisão, já que o juiz deixará de pensar a decisão numa repercussão exclusivamente endoprocessual para pensá-la prospectivamente e para além do processo, porque poderá transmutar-se em regra geral, como é da natureza do precedente.

Espera-se que os precedentes, conforme sua especificação no ordenamento jurídico brasileiro, tragam um dinamismo aos trâmites dos processos, impulsionando-os à celeridade e uniformidade bem como resolva os impasses quanto as decisões diferentes em casos que guardem semelhanças em matérias de direito e de fato. Isso mostrará respeito aos princípios fundamentais elencados na Constituição Federal, perfazendo-se numa tutela jurisdicional justa e efetiva, pela qual cada cidadão será tratado de forma isonômica, recebendo aquilo que realmente seja seu direito e ao mesmo tempo tendo a compreensão de que mesmo que seu pleito não tenha sido atendido, o Estado deu a melhor decisão para a solução do conflito.

## 2.2 O PRECEDENTE JUDICIAL E A JURISPRUDÊNCIA

Muitos têm tratado o precedente como sinônimo de jurisprudência, colocando os dois em pé de igualdade, entretanto, ao fazer uma análise aprofundada dos elementos formadores dos dois institutos evidenciam-se as diferenças, tanto no plano histórico quanto no fático. Os elementos formadores dos dois termos percorrem caminhos diferentes, em que pese os dois buscarem fins parecidos, uma justiça uniforme, coerente e isonômica eles originam-se e pautam-se por princípios diferentes, nas palavras de Madeira (2011, p. 526):

A primeira diferença, de caráter qualitativo, consiste na aplicação do precedente a um caso concreto, ao contrário da jurisprudência, em que há uma pluralidade de decisões relativas a vários e diversos casos concretos. Neste caso, é difícil estabelecer qual é a decisão realmente relevante para o julgador na hora de aplicar a jurisprudência. Já no que diz respeito a diferença de caráter quantitativo, observa-se que o precedente fornece uma regra que pode ser aplicada como critério de decisão no caso sucessivo, em função da

identidade dos fatos relevantes do primeiro e do segundo caso. É o juiz do caso sucessivo que estabelece se existe ou não precedente e assim cria o precedente, sendo que essa análise é sempre fundada nos fatos, ou seja, um só precedente é suficiente para fundar a decisão do caso sucessivo.

Nesse sentido, como já exposto, os doutrinadores, ao tratarem do termo precedentes, muitas vezes o classificam de forma expansiva, abrangendo toda e qualquer decisão que possa ser usada para fundamentar uma petição inicial. No entanto, seja no *Common Law*, seja no *Civil Law*, o precedente diz respeito a uma decisão que passou pelo crivo de um órgão colegiado, e, excepcionalmente, de uma decisão monocrática, a qual estabelece seus elementos frente a análise do caso concreto.

Nos termos postos por Madeira (2011), ainda que seja usada frequentemente, a jurisprudência no seu sentido etimológico, não se apresenta como fonte formadora de Direito, pois são decisões reiteradas e abstratas sobre determinados assuntos, que elencam uma maneira de decidir desse ou daquele órgão. Já o precedente, pauta-se pela análise, mesmo que de um, apenas, de todas as nuances que envolvem o plano fático e concreto do caso analisado.

No mesmo sentido, Mancuso (2014, p. 429), tratando dessa diferenciação entre jurisprudência e precedente elenca que:

Pela expressão precedente se devem compreender: (i) o julgamento de um caso concreto, num dado órgão judicial, precipuamente colegiado (acórdão) podendo, excepcionalmente, ocorrer em órgão monocrático; (ii) o acórdão no processo afetado com repercussão geral (STF) ou considerado representativo da controvérsia (STJ), para fim de julgamento em bloco, ou por amostragem, com vistas à extensão daquela decisão-quadro aos processos replicados, sobrestados nos tribunais de origem; (iii) o posicionamento do STJ que dirime divergências entre o entendimento firmado por turma de Uniformização no âmbito dos juizados especiais federais e súmula ou jurisprudência dominante daquele tribunal; (iv) os acórdãos de Cortes superiores que, posto isolados, revelam-se emblemáticos, seja pela relevância da matéria ou pela consistência ou singularidade da fundamentação, que lhes agrega aptidão para exercerem notável influência sobre casos análogos em trâmites nos demais órgãos judiciais; e (v) acórdão firmados no plenário ou no órgão especial dos tribunais, seja como questões de ordem, seja nos incidentes de arguição de inconstitucionalidade, ou ainda aqueles firmados ao cabo do incidente de assunção de competência.

Nesse contexto, percebe-se que em todos os casos elencados por Mancuso (2014), há no assunto apresentado uma discussão sobre um determinado caso concreto, e que partindo deste se propõe como aplicação aos outros que guardarem similitudes. Assim, apenas um julgado não é jurisprudência, mas precedente, que

conforme sua interação com outros julgados idênticos ou similares poderá formar ou não uma jurisprudência. Ainda tratando desse assunto, Mancuso (2014, p. 432) elenca que:

A distinção básica entre precedente e jurisprudência reside na circunstância de que enquanto um precedente é substantivo singular, a jurisprudência é substantivo coletivo, e, para ser corretamente denominada como tal, deve se constituir de um conjunto de decisões ou acórdãos uniformes, que reflitam o pensamento dominante de determinado tribunal ou, se possível, do poder judiciário por inteiro.

Dessa forma, pode-se afirmar que todo precedente é jurisprudência, no sentido de que a decisão pode ser usada para fundamentar outro pleito similar, mas nem toda jurisprudência é precedente, pois, nos termos do Código de Processo Civil, precedente será apenas aquelas decisões que se tornarão paradigmas.

Entretanto, em face dos novos dispositivos elencados no Código de processo Civil a jurisprudência desponta-se como uma nova fonte do direito, isso porque, frente a obrigatoriedade de aplicação dos precedentes judiciais pelos órgãos judiciais, a jurisprudência ganha um papel de destaque, pois as decisões dentro de um mesmo órgão julgante colegiado, que ao enfrentar o caso posto, discute todas nuances que o circunscreve e estabelece uma razão de decidir, terá aplicação obrigatória dentro daquela circunscrição.

O precedente judicial, conforme aduz o Código de Processo Civil traz uma nova roupagem à jurisprudência, pautando-se por nortear a uniformidade e coerência desta, seja como elemento formador, seja como técnica instrumentalizada de potencialização da efetividade e eficácia do direito, frente aos reclamos da sociedade que busca no Estado um tratamento igualitário para casos semelhantes, e que muitas vezes estavam sob o critério do livre convencimento do juiz, que em muitos casos semelhantes, e por razões incompreendidas, sentenciavam de maneiras diversas.

### 2.3 A FUNÇÃO NOMOFILÁICA DO PRECEDENTE JUDICIAL

Uma das principais funções do precedente é a de buscar tornar as decisões judiciais igualitárias, uniformes e coerentes, para os casos que se apresentam similares, sendo essa função chamada de nomofilática. Independentemente da quantidade de órgãos julgadores, o direito deve ser uno, assim, para casos semelhantes não pode haver duas interpretações divergentes. Mancuso (2009, p.

563) conceitua a função nomofilática como: “a realização da ordem normativa e preservação de sua higidez, a saber, sua inteireza positiva, autoridade e validade”.

Calamandrei (1976 *apud* ROSA, 2013, p. 33) elenca como principal finalidade do precedente a função nomofilática, aduzindo que:

A função nomofilática consiste na ideia de que se garanta a uniformidade da jurisprudência, por meio da prolação de sentenças capazes de não apenas assegurar a correta interpretação do direito, mas também alçar essa interpretação ao patamar de cânone das decisões dos casos seguintes. Assim a função nomofilática atribui ao precedente a prerrogativa de uniformizar a interpretação e a aplicação do direito, conferindo certeza e previsibilidade.

Nesse sentido, a função nomofilática se prospecta como um vértice do desenvolvimento do direito, não tendo a função de interpretar o direito objetivo, mas fazer com que a interpretação jurisprudencial seja uniforme no âmbito dos órgãos judiciários visando assegurar a unidade do direito objetivo (ROSA, 2013).

Sob a égide do Novo Código de Processo Civil, o STF decidiu no sentido de que os órgãos judiciais devem manter a função nomofilática. Quando do julgamento da RCL 4335/AC, que diz que um juiz da execução do Estado do Acre contrariou decisão sumulada do STF. O ministro Zavascki, no voto-vista, argumentou que cabe ao STF e ao STJ, no domínio do direito federal, pautarem-se por uma das suas principais finalidades, a saber: uniformizar a jurisprudência, nos termos da função nomofilática, proposto por Calamandrei, com vista ao esclarecimento e integração do sistema normativo (STF, 2014). Sobre o tema em foco, Oliveira (2013, p. 5) expressa:

Vê-se que a pedra angular do sistema jurídico que valoriza o precedente é a uniformização da jurisprudência nos tribunais. Se os Tribunais Superiores não se conscientizarem de sua função nomofilática, mantendo suas decisões estáveis e não contraditórias, será impossível exigir que os tribunais inferiores os sigam.

Diversas outras funções dos precedentes são elencadas pela doutrina, as quais servem como instrumentos que buscam formar uma integridade sistêmica quando da aplicação dos precedentes, no entanto, na presente pesquisa não serão abordadas, em que pese tangenciarem o assunto aqui exposto, buscou-se elencar apenas a função nomofilática, uma vez que está ligada diretamente ao objetivo principal do tema proposto.

## 2.4 ELEMENTOS DO PRECEDENTE JUDICIAL

Uma vez que o precedente judicial ultrapassa as barreiras da lide (MANCUSO, 2014), seus elementos precisam estarem fixados de maneira que, nos casos futuros, estes possam, em tese, serem identificados pelo futuro julgador. No entanto, essa delimitação tem sido tema de grande debate entre os processualistas. Isso se dá, quando do julgamento do caso paradigma o julgador não elenca quais são os elementos formadores do precedente, ou seja, não se especifica o que seja *ratio decidendi* e *obter dictum*. Desses dois elementos dependem a aplicação do precedente judicial, enquanto aquele tem um caráter vinculativo, este serve como elemento que circunscreve a discussão, são os elementos elencados pelo julgador com vista a formação da razão de decidir (LOPES FILHO, 2016).

Em face disso, faz-se necessário estabelecer as principais concepções que os doutrinadores atribuem a esses dois termos: *ratio decidendi* e *obter dictum*, a título de informação, pois a presente pesquisa não se pauta pela busca de entender os elementos constituidores do precedente judicial, mas tão somente, entender como seu uso de modo geral estabelecerá um padrão às decisões judiciais futuras.

### 2.4.1 *Ratio Decidendi*

Como já exposto, a *ratio decidendi* está vinculada a fundamentação da decisão que será tomada como precedente judicial, ou seja, nem tudo o que consta na decisão terá caráter vinculativo, no entendimento de Marinoni (2012, *online*):

A razão de decidir, numa primeira perspectiva, é a tese jurídica ou a interpretação da norma consagrada na decisão. De modo que a razão de decidir certamente não se confunde com a fundamentação, mas nela se encontra. Ademais, a fundamentação não só pode conter várias teses jurídicas, como também considerá-las de modo diferenciado, sem dar igual atenção a todas.

Assim, há que se estabelecer que a *ratio decidendi* conforme entendida no sistema *Common Law*, difere daquela que alguns estudiosos têm equiparado na família *Civil Law*. No Brasil, especialmente no processo civil, o conceito da razão de decidir que dentro dos conceitos a que são dados aos sistemas de precedentes brasileiros, figuram os dispositivos nos quais se fixou a fundamentação,

diferentemente daquele do *Common Law*, no qual a *ratio decidendi* é um elemento universal cuja falta, acarretaria uma outra forma de decisão, Marinoni (2012, *online*).

A forma como se manifesta a *ratio decidendi* no *Common Law*, não tem paralelo no sistema processual civil brasileiro, assim assinala Marinoni (2012, *online*):

É preciso sublinhar que a *ratio decidendi* não tem correspondente no processo civil adotado no Brasil, pois não se confunde com a fundamentação e com o dispositivo. A *ratio decidendi*, no *common law*, é extraída ou elaborada a partir dos elementos da decisão, isto é, da fundamentação, do dispositivo e do relatório. Assim, quando relacionada aos chamados “requisitos da sentença”, ela certamente é “algo mais”. E isso simplesmente porque, na decisão do *common law*, não se tem em foco somente a segurança jurídica das partes – e, assim, não importa apenas a coisa julgada material, mas também a segurança dos jurisdicionados, em sua globalidade. Se o dispositivo é acobertado pela coisa julgada, que dá segurança à parte, é a *ratio decidendi* que, com o sistema do *stare decisis*, tem força obrigatória, vinculando a magistratura e conferindo segurança aos jurisdicionados.

Nesse diapasão, pode-se inferir que para o referido autor, a *ratio decidendi* se estabelece como um núcleo norteador da decisão, elencando qual parte terá o efeito vinculativo de aplicação obrigatória quando da apreciação de um caso semelhante.

Dado ao fato de o tema ser de difícil elucidação e por demais complexo estabelecer um conceito que preencha todos as nuances estabelecidas pela doutrina, Lopes Filho (2016, p.166) propõe que: “ de forma simplória, a *ratio decidendi* é o núcleo vinculante, a parte relevante do julgamento, o qual será aplicado no futuro”.

Como não há um consenso entre os processualistas quanto a definição da *ratio decidendi*, bem como, quais seriam os meios (técnicas) para que a demonstrasse claramente quando da fixação do precedente. Ramos (2015, *online*) elenca as mais comuns expostas pelos doutrinadores:

São muitas definições existentes, mas podem-se apontar algumas mais comuns como: a) a regra de direito explicitamente estabelecida pelo juiz ou tribunal como base de sua decisão, isto é, a resposta explícita a questão de direito do caso; b) a razão explicitamente dada pelo juiz ou tribunal para a decisão, ou seja, a justificação explícita para a resposta dada a questão do caso; c) a regra de direito implícita nas razões do juiz ou tribunal para a justificação de sua decisão, a saber, a resposta implícita a questão de direito do caso.

De acordo com Cruz e Tucci (2010 *apud* DIDIER, 2013, p. 385), “todo precedente é composto de duas partes distintas: a) as circunstâncias de fato que embasam a controvérsia; e b) a tese ou o princípio jurídico assentado na motivação (*ratio decidendi*) do provimento decisório”.



Continua Didier (2013, p. 385), “A *ratio decidendi* constitui a essência da tese jurídica suficiente para decidir o caso concreto; ela é composta: (i) da indicação dos fatos relevantes da causa, (ii) do raciocínio lógico-jurídico da decisão, e (iii) do juízo decisório”.

A *ratio decidendi* entendida nos termos das concepções acima, desdobra-se em duas linhas de entendimento, a primeira, é que ela se revela como norma jurídica geral, que pode ser delineada a condução de norma jurídica individual regendo determinado caso. A segunda, depreende do fato de a norma jurídica geral ir além do caso concreto e ser aplicada nas relações posteriores que guardem similitudes com a tese fixada.

Levando em conta o entendimento de Didier (2013, p. 441) de que “o precedente é um fato. Em qualquer lugar do mundo onde houver decisão jurisdicional, esse fato ocorrerá”, a *ratio decidendi*, dentro dessa proposta de precedentes, no sistema jurídico brasileiro, pode ser equiparada à Teoria dos Motivos Determinantes<sup>3</sup>, sendo esta a premissa sem a qual não se chegaria àquela decisão.

A *ratio decidendi* corresponde, portanto, ao preceito inserido no precedente e indispensável para o seu término. E é esse preceito que terá vinculação obrigatória.

#### **2.4.2 Obter Dictum**

Ao contrário da *ratio decidendi*, na qual todos os seus elementos como formadores da tese farão parte da decisão que terá aplicabilidade obrigatória aos casos posteriores que versem de fatos e direitos semelhantes, o *obter dictum* diz respeito às questões que, embora tenham feito parte da discussão, não tem força determinante para o julgamento do caso. Segundo Taranto (2010, p. 14), “são passagens usadas para que o discurso se refira sobre um dado ponto do direito”. Para Marinoni (2010, p. 97):

*Obter Dictum* é tudo aquilo que não obsta nem determina a decisão do caso, de modo que sob um critério negativo é definida, também, como aquilo que não se insere dentro da *ratio decidendi*, distinção essa nem sempre muito clara devendo ser descortinada durante a aplicação do precedente judicial.

---

<sup>3</sup> Bandeira de Mello (2009, p. 398) descreve-a da seguinte maneira: De acordo com esta teoria, os motivos que determinaram a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, integram a validade do ato. Sendo assim, a invocação dos “motivos de fato” falso, inexistentes ou incorretamente qualificados vicia o ato mesmo quando, conforme já se disse, a lei não haja estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a prática do ato. Uma vez enunciados pelo agente os motivos em que se calçou, ainda quando a lei não haja expressamente imposto essa obrigação de enunciá-los, o ato será válido se estes realmente ocorreram e o justificavam.

A definição de *obter dictum* é obtida negativamente a partir da determinação do que seja *ratio decidendi* de um caso, isto é, se uma proposição ou regra de direito constante de um caso não faz parte da sua *ratio*, ela é *dictum* ou *obter dictum*, e, conseqüentemente não obrigatória (SOUZA, 2011 p. 39). Apesar de o *obter dictum*, não integrar a parte estrutural da formação da razão de decidir (*ratio decidendi*), (Marinoni, 2013 p. 323) expressa que:

Existem partes da argumentação, que mesmo não sendo necessárias a resolução, são intrinsicamente ligadas ao caso em julgamento e discutidas de forma aprofundada pelo juiz ou tribunal, assumindo perfil e textura muito próximos ao da *ratio decidendi*. Nesses casos observa-se que, apesar de continuarem sem efeitos obrigatórios, essas *obter dictum* possuem forte efeito persuasivo.

Nesse contexto, observa-se que, *obter dictum* não vira precedente, pois esse somente engloba a *ratio decidendi*, contudo, não pode ser desprezado, pois pode vir a sinalizar uma futura orientação do juiz ou tribunal (DIDIER, 2013, p. 388).

## 2.5 TÉCNICAS DE APLICAÇÃO E DE SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL

Com o passar do tempo as leis são reformuladas, seja para atender novas demandas que surgem, ou simplesmente, para retirar de vigência aquelas normas as quais, pelo desuso, a sociedade deixa de considerar ofensivas à coletividade. De igual modo, a aplicabilidade dos precedentes não pode ser feita de maneira que se perpetue, cabe ao juiz diante do caso concreto estabelecer por meio dos elementos de superação dos precedentes, se estes preenchem ou não os requisitos para a sua aplicabilidade (DONIZETE, 2015).

Ao fazer a análise do caso em demanda, o magistrado tem o livre convencimento para apreciar se aquele precedente alegado, apesar de guardar semelhanças, deve ou não ser aplicado. No entendimento de Donizete (2015, *online*), isso se deve porque:

Os precedentes não devem ser invocados em toda e qualquer situação. Há muitos casos em que os fatos não guardam relação de semelhanças, mas exigem a mesma conclusão jurídica. Noutros, os fatos podem até guardar similitudes, mas as particularidades de cada caso os tornam substancialmente diferentes.

Dessa feita, o juiz dispõe de técnicas de aplicação e de superação do

precedente judicial, o *distinguishing* e o *overruling*. Assim, até mesmo nas hipóteses em que se estiver diante de um precedente vinculante o julgador poderá fazer uso desses elementos de superação, com vista a individualização do direito (DONIZETE, 2015).

Para tanto, deve o juiz seguir as determinações expressa no art. 90, X, CF, ou seja, motivar as suas decisões.

## 2.6 DISTINGUISHING

Diante da necessidade de se fazer uma comparação entre o caso concreto e o precedente que rege aquela pretensão, ao juiz ou tribunal cabe realizar o *distinguishing*, que, segundo Cruz e Tucci (2004, p. 174), é o meio “pelo qual o juiz ou tribunal verifica se o caso em julgamento pode ou não ser análogo ao paradigma”. Dessa concepção, segundo Lourenço (2015, *online*):

Pode-se concluir que o *distinguishing* consiste no processo mental indutivo e empírico dos magistrados, baseado no cotejo entre as circunstâncias fáticas e a *ratio decidendi* do caso a ser julgado e as circunstâncias fáticas e a *ratio decidendi* dos julgados em momento precedente. Ou seja, por meio do *distinguishing*, parte-se do particular para o geral.

Ao promover essa distinção *distinguishing*, o juiz exerce o seu livre convencimento, por entender que naquele caso o precedente não deve ser aplicado, Lourenço (2015, *online*) aduz que:

Tal técnica sepulta, definitivamente, a ideia de que o juiz, diante de um sistema de precedentes, se torna um robô, sem qualquer opção, a não ser aplicar ao caso concreto a solução dada por outro órgão jurisdicional. Observe-se que o magistrado somente ficará “engessado” se preferir não exercer a função externa da motivação, extremando os seus motivos de decidir, interpretando a lei para verificar se os fatos concretos se conformam à hipótese normativa, bem como verificando a adequação da situação posta ao precedente.

Bustamante (2012, p. 473) elenca que o *distinguishing* como elemento do precedente judicial deve ser definido como:

Um tipo de afastamento do precedente judicial no qual a regra da qual o tribunal se afasta permanece válida mas não é aplicada com fundamento em um discurso de aplicação em que, das duas, uma: (1) ou se estabelece uma exceção anteriormente não reconhecida – na hipótese de se concluir que o fato sub judice pode ser subsumido na moldura do precedente judicial citado;

ou (2) se utiliza o argumento a contrário para fixar uma interpretação restritiva da *ratio decidendi* do precedente invocado na hipótese de se concluir que o fato subjudice não pode ser subsumido no precedente.

Oliveira (2014, p. 8), adverte que apesar de o julgador ter essa liberdade para fazer a análise do caso posto, e optar pela aplicação do *distinguishing*, ele está adstrito ao preceito constitucional da fundamentação das decisões:

Logicamente, a faculdade de realizar o *distinguishing* não se confunde com a permissão para o juiz ignorar precedentes que não lhe agradem. Nessa linha, cumpre esclarecer que o ponto mais importante para manter a integridade do sistema, bem como todas as garantias proporcionadas pela política de respeito ao precedente, consiste na obrigação do juiz fundamentar sua decisão ao aplicar o precedente ou utilizar-se da técnica do *distinguishing*. Ele deverá demonstrar que existem peculiaridades específicas que afastam a aplicação do caso sob julgamento, ou que este é suficientemente igual ao caso paradigma, sob pena de ver sua decisão anulada por falta de fundamentação.

Assim, o *distinguishing* mostra-se como técnica de individualização do direito, de confrontação, para uma melhor aplicabilidade do precedente. É por meio dele que o julgador vai dizer porque não está aplicando a *ratio decidendi* daquele precedente, bem como os motivos que, naquele caso específico, o faz diferente do precedente invocado.

## 2.7 OVERRULING

No *Common Law*, por força da teoria do *Stare Decisis*, o precedente se impõe de forma obrigatória e vinculante, no entanto, em virtude da dinamicidade do direito, o precedente pode perder seu poder vinculante, e se desvirtuar do princípio norteador pelo qual ele foi estabelecido. Em face disso, estabeleceu-se a técnica de superação do precedente judicial, *overruling*, que segundo Didier, Braga e Oliveira (2013, p. 456), é a técnica “através da qual um precedente perde sua força vinculante e é substituído por outro precedente”.

No entendimento de Rosito (2012, p. 305), o *overruling*, “é a técnica que visa reconhecer a existência de fundamento jurídico para abandono do precedente anteriormente estabelecido, não porque os fatos do caso presente são diferentes dos fatos do caso paradigma, mas sim porque outra tese jurídica deve ser a ele aplicada”.

Assim, diante de circunstâncias relevantes e especiais, os precedentes podem ser modificados ou revogados (superados), sua superação é cabível, quando

da apreciação pelo julgador, ficar demonstrado que o precedente se mostra ultrapassado ou inexecutável.

Para Ataíde Júnior (2012, p. 89), “os requisitos básicos para a revogação (superação) de um precedente são a perda de congruência social e o surgimento de inconsistência sistêmica”.

Segundo Marinoni (2012, p. 154), “há a perda da congruência social quando um precedente passa a negar proposições morais, políticas e de experiências. As proposições morais determinam uma conduta como certa ou errada a partir do consenso geral da comunidade”.

Seguindo essa linha de pensamento, Donizete (2015, *online*), elenca que o *overruling* é essencial pois:

A atividade interpretativa tende a se modificar ao longo dos anos. A constante evolução da sociedade e a necessidade de sistematização dos princípios, de modo a considerá-los em conexão com outras normas do ordenamento, são formas que possibilitam a mudança no sentido interpretativo nas normas. Assim, por mais que se almeje do judiciário soluções com maior segurança, coerência, celeridade e isonomia, não há como fossilizar os órgãos jurisdicionais, no sentido de vincular eternamente a aplicação de determinado entendimento.

Nessa perspectiva, o precedente é revogado, superado, em razão da modificação dos valores sociais, dos conceitos jurídicos, da tecnologia ou mesmo em virtude de erro gerador de instabilidade em sua aplicação (DONIZETE, 2015).

O *overruling* serve dentro do sistema *Common Law* como uma técnica capaz de manter o direito atualizado, condizente com a realidade temporal, permitindo que o direito acompanhe a evolução social pela qual passa a sociedade. No entanto, para que possa se estabelecer a superação de um precedente, a mesma precisa de ser justificada e precedida de um debate pelos integrantes e participantes da construção do Direito. Isso porque, deve-se levar em conta quais são os benefícios ou prejuízos que a revogação do precedente trará à sociedade, pois se assim não fora, colocaria em xeque as bandeiras do precedente judicial, a saber: a estabilidade, a uniformidade, a confiança jurídica e previsibilidade das decisões (ATAÍDE JÚNIOR, 2012).

No entanto, para que se aplique o *overruling* todos os requisitos devem estar devidamente preenchidos, caso contrário o precedente deve ser mantido em respeito ao princípio da segurança jurídica, como nesse julgado recente do (STF, 2016):

CRFB. EC 45/2004. TRIÊNIO DE ATIVIDADE JURÍDICA PRIVATIVA DE BACHAREL EM DIREITO. REQUISITO DE EXPERIMENTAÇÃO PROFISSIONAL. MOMENTO DA COMPROVAÇÃO. INSCRIÇÃO DEFINITIVA. CONSTITUCIONALIDADE DA EXIGÊNCIA. ADI 3.460. REAFIRMAÇÃO DO PRECEDENTE PELA SUPREMA CORTE. PAPEL DA CORTE DE VÉRTICE. UNIDADE E ESTABILIDADE DO DIREITO. VINCULAÇÃO AOS SEUS PRECEDENTES. STARE DECISIS. **PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA ISONOMIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE SUPERAÇÃO TOTAL (OVERRULING) DO PRECEDENTE.** (RE 655265, Relator (a): Min. LUIZ FUX, Relator p/ Acórdão: Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 13/04/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-164 DIVULG 04-08-2016 PUBLIC 05-08-2016)

Observa-se que o sistema processual brasileiro caminha numa direção de estabelecimento de um sistema de precedente, em que seus elementos, quando utilizados corretamente, exercerão um importante papel na uniformização e estabilização da jurisprudência.

## 2.8 PRECEDENTE JUDICIAL E A JURISPRUDÊNCIA COMO FONTE DO DIREITO BRASILEIRO

Historicamente, como o direito brasileiro decorre da família *Civil Law*, os doutrinadores e julgadores, em sua maioria, sempre demonstraram um grande apego s leis como fontes primárias do direito, usando como fundamento o positivismo jurídico.

Entretanto, conforme já demonstrado nos tópicos anteriores, o pós-positivismo ou o neoconstitucionalismo alterou a natureza do sistema *Civil Law*, aproximando-o do *Common Law*. Dado ao fato que o poder judiciário perdeu parte de sua credibilidade junto a sociedade, por não trazer resposta as suas demandas, e quando fazia, esta se revestia de uma morosidade, resultado dos entraves sistêmicos, assim face a exigência de desempenho satisfatório por parte do judiciário, passou-se a adotar elementos importados do *Common Law* e amoldá-los as especificidades do *Civil Law* (SILVA, 2011).

Dentre esses elementos, destaca-se o precedente judicial, que a partir da emenda constitucional nº 45/2004, com a permissão constitucional passou a ser utilizado pelo STF com a elaboração de súmulas vinculantes. O precedente judicial, por ser um elemento estrutural do sistema *Common Law*, só recentemente passou a ganhar destaque, pois o legislador viu nele o instrumento que torna a jurisprudência efetiva.

Com o Código de Processo Civil de 2015, o precedente judicial foi elevado à categoria de fonte do Direito, pois sendo ele uma tese formulada a partir da interpretação uma norma frente a um caso concreto e revestido de obrigatoriedade quando aparecer casos semelhantes, posto está, como fonte do direito.

De igual forma, desde então, a jurisprudência tem desenvolvido um papel de suma importância na aplicação do direito, “atualmente já se fala que a jurisdição é uma atividade criativa da norma jurídica do caso concreto, bem como se cria, muitas vezes, a própria regra abstrata que deve regular o caso concreto” (DIDIER, 2009, p. 70). Nesse mesmo sentido Cruz e Tucci (2004, p. 300), aduz que:

O labor jurisdicional dos tribunais, apesar de despido de *potestas normandi* (geração de normas de caráter geral e abstrato), produz a rigor, na realização efetiva do direito, valorações concretas as quais, uma vez reiteradas, ganham projeção que acaba afetando de modo inexorável o próprio direito.

Na atualidade, a jurisprudência se revestiu de uma força vinculativa, que apesar de não constar positivada como fonte do direito, ela se perfaz, pelos os resultados práticos que apresenta. Esse é o entendimento de Mancuso (2014, p. 41) ao expressar que:

Parece-nos que somente quando se apresenta com declarada força vinculativa é que pose a jurisprudência ser alçada à condição de fonte formal do direito, porque aí ela se reveste de um *plus*, exatamente a nota da obrigatoriedade no cumprimento do enunciado sumulado, passando a operar como se norma fora e, quiçá praticamente até mais efetiva. Isso porque no enunciado sumulado se cumulam o comando e, em boa medida, a sua própria interpretação, já que, diferentemente da norma legal (oriunda do ambiente dialético, político-majoritário do Parlamento), a súmula extrai sua legitimidade a partir de uma abordagem técnica, ao interno de um tribunal.

Nesse sentido, nota-se que devido as práticas dos tribunais superiores, frente ao imenso acúmulo de processos e recursos, passou-se a adotar a jurisprudência, decisões reiteradas sobre determinado assunto ou tema, para a partir de então, formular uma tese que de forma geral e abstrata servisse de modelo ou padrão de orientação para aplicação aos casos posteriores.

## 2.9 O PRECEDENTE JUDICIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Sendo o Brasil um país de tradição *Civil Law*, o ordenamento jurídico sempre se pautou pela observação estrita da lei e da norma. Assim, o precedente judicial tal

como estabelecido no *Common Law* foi relevado a um plano secundário, entretanto, em face da nova roupagem que o Estado Democrático de Direito ganhou com a Constituição de 1988, e, recentemente, com o Novo Código de Processo Civil, novas perspectivas têm-se afluído entre os interpretes do direito, e, elevado os precedentes a um novo patamar de relevância dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Isso foi resultado do fracasso do sistema *Civil Law*, que diante do grande aumento de demandas levadas ao Poder Judiciário não dispunha de elementos que trouxesse solução, pois a lei somente, não pode abarcar todas as possibilidades de controvérsias que a sociedade globalizada passou a enfrentar. Assim, “toda essa conjuntura fez surgir, no Brasil, a necessidade de adoção de um sistema de precedente, a fim de que o direito pátrio seja realizado com maior grau de uniformidade, previsibilidade, estabilidade, isonomia e celeridade” (ATAÍDE JÚNIOR, 2014, p. 3).

No entanto, apesar de o Brasil ter um sistema de precedentes, que na essência difere daquele do sistema do *Common Law*, mas com fins semelhantes, a uniformização e coerência na aplicação do direito, nota-se que não havia uma obrigatoriedade ou vinculação do julgador para aplicar a casos posteriores decisões de casos passados que guardassem semelhanças. Tal prática, compromete o próprio Estado Democrático de Direito, pois transparece que para um mesmo caso, cada juiz faz uma interpretação da lei, gerando um clima de integral instabilidade e ausência absoluta de previsibilidade das decisões (ATAÍDE JÚNIOR, 2014). De igual forma elenca Wambier (2009, p. 146) quando assevera que: “de que adianta ter uma só lei com diversas interpretações possíveis? Tantas pautas de conduta haverá, quantas forem estas interpretações. É como, repetimos, se houvesse várias leis disciplinando a mesma situação”.

A partir da emenda constitucional nº 45, o ordenamento jurídico brasileiro passou a adotar o sistema de súmula vinculante, que não se confunde com o precedente, mas visa alcançar um mínimo de uniformização da jurisprudência, uma vez estabelecida pelo STF, os demais órgãos devem segui-la. Nesse sentido, Marinoni (2014, p. 170) aduz que:

Não há direito coerente num Estado em que os seus juízes pensam ter liberdade para formular normas jurídicas desiguais para casos iguais ou similares. Daí a importância de os doutrinadores e de os juízes, promotores e advogados tomarem consciência de que não é mais possível conviver com múltiplas decisões para casos que exigem a mesma resposta, sobretudo



quando essa resposta já foi elaborada pela Corte Suprema incumbida pela Constituição Federal a tanto.

Desse modo, a globalização como fenômeno de mudança global de todas as sociedades convergiu-se, e, forçosamente obrigou as nações que detinham um sistema jurídico que aparentemente fosse puro, a adotarem elementos de outros sistemas para reparar as lacunas deixada pela defasagem do sistema até então usado. No Brasil, adotou-se do sistema *Common Law*, a teoria dos precedentes judiciais, com intuito de estabelecer uma justiça igualitária, que, ainda carece de aperfeiçoamento, conforme entendimento exposto por Marinoni (2014, p. 170) para quem:

A realização da igualdade requer a universalização do precedente. O fundamento essencial ou determinante do precedente deve ser delineado de modo a abarcar o maior número possível de situações jurídicas similares, propiciando-lhes tratamento igualitário e tornando desnecessária, na medida do possível, a ampliação da esfera para a qual o precedente foi primitivamente elaborado e, desse modo, o uso do *distinguishing*. [...] Em suma: o valor constitucional tutelado pelo sistema de precedentes não é a unidade do direito, antigo mito atrás do qual se esconderam instâncias autoritárias dos mais variados gêneros, porém a igualdade, realizada empiricamente mediante a vinculação dos tribunais e juízes ao “direito” delineado pela Corte Suprema, dependente da evolução da vida social, aberto ao dinamismo de um sistema voltado à atuação de princípios fundamentais munidos de inesgotável carga axiológica e atento à devida percepção das diferenças.

Assim, nota-se que o precedente judicial no ordenamento jurídico brasileiro está ligado a conjuntura neoconstitucionalista, o qual remonta as duas últimas décadas, e que a partir de agora passou a ganhar destaque com o Novo Código de Processo Civil. A Lei 13105/2015, trouxe grandes inovações com relação aos precedentes judiciais, pois o legislador buscou estabelecer de maneira categórica um sistema de precedentes que vinculasse todas as instâncias e órgãos do Poder Judiciário.

Desde a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, a observância dos precedentes judiciais tornou-se obrigatória. Entretanto, os doutrinadores muito têm debatido como se aplicará essa teoria dos precedentes, pois o Brasil tem raízes arraigadas no sistema *Civil Law* e o precedente judicial tem como sua fonte primária o sistema *Common Law*.

Nesse sentido, Ataíde Jr. (2012, p. 363), elenca que essa nova perspectiva “se volta a solucionar com maior segurança jurídica, coerência, celeridade e isonomia

as demandas de massa, as causas repetitivas, ou melhor, as causas cuja relevância ultrapassa os interesses subjetivos das partes”.

Nesse viés, os precedentes judiciais foram incorporados pelo Processo Civil brasileiro com a perspectiva de ser um instrumento que venha a promover efetividade aos princípios elencados no texto constitucional, como o da segurança jurídica, da isonomia e da motivação das decisões judiciais (DONIZETE, 2015).

Para a concretude de tais objetivos, o Código de Processo Civil trouxe importantes mecanismos de aperfeiçoamento do sistema de precedentes judiciais, e, conseqüentemente, de uniformização e estabilização da jurisprudência pátria. Muitos alegam que o sistema de precedentes expresso no Código de Processo Civil tolhe o princípio do livre convencimento do juiz, contrapondo tal argumento Donizete (2015, p. 12) aduz que:

É preciso ponderar que o juiz, ao aplicar o seu livre convencimento, deve se ater à luz dos fatos, das provas, dos aspectos pertinentes ao caso, da legislação que entender aplicável ao caso e, ainda, das decisões já proferidas sobre o tema. E isso tem uma justificativa: se cabe ao STJ interpretar a legislação infraconstitucional e ao STF dar a última palavra sobre as controvérsias constitucionais, por mais que o magistrado de primeiro grau entenda a situação de forma diversa, a contrariedade só terá o condão de protelar o processo por meio de sucessivos recursos e, conseqüentemente, de adiar a resolução da controvérsia para ambas as partes.

Dessa forma, a propositura de um sistema de precedentes pelo Código de Processo Civil de 2015, apresenta-se como um campo aberto para o debate jurídico e ao diálogo no qual as partes poderão juntas construir de forma democrática a melhor solução aos conflitos, tornando mais efetiva a prestação e o exercício da função jurisdicional.

### 3 PRECEDENTE JUDICIAL E UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

As decisões judiciais prolatadas no Brasil sofrem diversas críticas por parte dos doutrinadores e intérpretes do direito. A principal razão dessas críticas está relacionada à falta de coerência e uniformidade dessas decisões, pois, dentro de um mesmo tribunal veem-se decisões totalmente díspares frente a casos em que o direito material é de igual substância, projetando incertezas para aqueles que almejam ver o seu direito assegurado.

Em que pese o apego desmedido do sistema jurídico brasileiro aos ditames normativos das leis, nota-se, que frente o papel desenvolvido pelo Poder Judiciário nos termos da leitura constitucional do Estado Democrático de Direito, a jurisprudência tem ganhado um papel fundamental na construção do direito. Assim, faz-se necessário que esta seja uniforme e coerente, tornando-se inaceitável que para casos iguais sejam dadas decisões diversas. Nesse sentido, é primordial estabelecer uma jurisprudência uniforme que garanta o entendimento sobre os textos das leis. Tratando desse assunto, Moreto (2012, p. 420) elenca que:

Deve-se ter em mente que a uniformização é não só um direito do jurisdicionado, mas acima de tudo um dever do Estado, que serve essencialmente ao seu próprio interesse em manter o império de suas leis e o respeito às suas instituições. Ainda que o pensamento aqui esposado não esteja livre de críticas, nos parece que o Poder Judiciário, embora formado por inúmeros sujeitos, compõe uma estrutura única, que deve ter visão uniforme sobre determinados temas.

Nesse diapasão, a uniformização da jurisprudência deve estar num plano que promova a certeza do direito, pelo menos em tese, dos que vão até o Estado buscando resguardá-lo, de igual maneira, a uniformização da jurisprudência deve respeitar os princípios constitucionais, dentre os quais destaca-se o do livre acesso à justiça, (art. 5º, XXXV, da CF).

Na opinião de Rosas (2003, p. 387): “antes jurisprudência errada, mas uniforme, do que jurisprudência incerta. Diante de jurisprudência uniforme cada um sabe com o que se pode contar; perante jurisprudência incerta, ninguém está seguro do seu direito”.

Nesse mesmo sentido, o ministro Humberto Gomes de Barros do Superior Tribunal de Justiça pronunciou no julgamento do Agravo Regimental em Embargos do Recurso Especial nº 228.432/RS (STJ, 01/02/2002):

Tenho em mim a firme convicção de que o Superior Tribunal de Justiça foi concebido para um escopo especial: orientar a aplicação da lei federal e unificar-lhe a interpretação, em todo o Brasil. Se assim ocorre, é necessário que sua jurisprudência seja observada, para se manter firme e coerente. Assim sempre ocorreu em relação ao Supremo Tribunal Federal, de quem o STJ é sucessor, nesse mister. Em verdade, o Poder Judiciário mantém sagrado compromisso com a justiça e a segurança. Se deixarmos que nossa jurisprudência varie ao sabor das convicções pessoais, estaremos prestando um desserviço a nossas instituições. Se nós – os integrantes da Corte – não observarmos as decisões que ajudamos a formar, estaremos dando sinal, para que os demais órgãos judiciários façam o mesmo. Estou certo de que, em acontecendo isso, perde sentido a existência de nossa Corte. Melhor será extingui-la.

Nota-se pelo exposto, que há em alguns, essa vertente conceitual de uniformização da jurisprudência, visando dar maior efetividade e confiabilidade nas decisões judiciais. Entretanto, apesar de louvável o entendimento do ministro, na vigência do Código de Processo Civil de 1973, não existia uma norma que impusessem aos órgãos judicantes inferiores, obediência as decisões dos órgãos superiores quando tratassem de casos semelhantes.

Assim, os juízes, em nome do princípio do livre convencimento, prolatavam as mais diversas sentenças para casos pontualmente iguais, “deixando os jurisdicionados à mercê de entendimentos diversos, muitas vezes antagônicos, fundados em razões de ordem meramente subjetiva do julgador, comprometendo a unidade do direito” (MORETO, 2012, p. 45).

Essa ideia de uniformização da jurisprudência não é uma teoria da atualidade, desde a década de 50, no Brasil, havia autores que já alertavam em tal sentido, como expõe Guimarães (1958 *apud* MORETO, 2012, p. 46):

Manter quanto possível a jurisprudência, será obra da boa política judiciária, porque inspira no povo confiança na justiça. Não concebem os leigos que o certo na decisão de hoje se repute errado na sentença de amanhã. Mas não devemos erigi-la em tabu. Não devemos fechar os tribunais à penetração de ideias novas. [...] acate a magistratura a jurisprudência, mas não se escravize a ela. Acolha as doutrinas novas, quando convier, sem exageros, também.

Uma jurisprudência uniformizada, mantém a coerência entre as decisões judiciais, ao mesmo tempo diminui as discrepâncias que existem entre o que a lei estabelece e o que é vivido pelos cidadãos, pois torna o direito previsível. Essa uniformização só é alcançada quando o sistema jurídico guarda respeito aos precedentes, “apenas o sistema que privilegia os precedentes pode garantir a coerência do direito, a previsibilidade e a igualdade” (MARINONI, 2013 p. 226).

Ressalte-se que a uniformização da jurisprudência cumpre um dos princípios constitucionais, o da razoável duração do processo, pois, uma vez preenchidos os requisitos, o cidadão não precisa ficar esperando meses e até anos para ter uma sentença que declare seu direito. Se tem uma jurisprudência firmada naquele mesmo sentido, o juiz, de imediato, pode conceder o direito pleiteado. E ao mesmo tempo, àquele que estiver litigando que sabe existir uma jurisprudência que lhe é desfavorável, buscará resolver a demanda antes que chegue ao poder judiciário (MORETO, 2012).

Não se pode fechar os olhos e achar que somente a uniformização da jurisprudência resolverá os percalços porque passa o sistema jurídico brasileiro, Moreto (2012, p. 48) alerta para tal situação ao aduzir que:

Não somos ingênuos e alienados a ponto de crer que a jurisprudência uniforme é suficiente para garantir o alcance da tão almejada duração razoável do processo. De fato, o nosso Poder Judiciário padece de outros males igualmente graves – falta de investimento no setor, má gestão administrativa e orçamentária, ausência de preparo e treinamento adequado dos profissionais etc. – que mesmo a jurisprudência uniforme não consegue atacar.

Vários são os fatores que influenciam o sistema jurídico brasileiro e favorecem para que este se apresente num estado de morosidade, elevando o descrédito da sociedade, e prestando um serviço em muitos casos ineficaz ou com resultados que não atendem seu fim culminado, para Mesquita (2005, p. 262), a ineficácia do sistema jurídico brasileiro se dá pela carência de recursos materiais e de pessoal, “o de que o Poder Judiciário carece urgentemente é de recursos materiais e humanos para atender devidamente à sua demanda de seus serviços”.

### 3.1 O PRECEDENTE JUDICIAL COMO TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Na concepção doutrinária de Wambier, Almeida e Talamini (1999, p. 742), a uniformização de jurisprudência “é um expediente cujo objeto é evitar a desarmonia de interpretação de teses jurídicas, uniformizando, assim, a jurisprudência interna dos tribunais”. Nessa mesma vertente, Alvim, Alvim e Assis (2012, p. 742) aduzem que:

“A orientação divergente decorrente de turmas e câmaras, dentro de um mesmo tribunal – no mesmo momento histórico e a respeito da aplicação de

uma mesma lei – representa grave inconveniente, gerador da incerteza do direito, que é o inverso do que se objetiva com o comando contido numa lei, nascida para ter um só entendimento”.

Nesse sentido, dispõe o caput do artigo 926, do Código de Processo Civil de 2015: “Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente”.

Evidencia-se que com o Código de Processo Civil de 2015, o precedente judicial tornou-se um instrumento (técnica) que objetiva produzir a uniformização, já que os tribunais devem buscar dar uniformidade às suas decisões, sob pena de incorrer em descumprimento de preceito legal. Assis (2012, p. 320), aduz que:

A falta de uniformidade dos julgadores, sem mudanças significativas no esquema de fato ou de Direito porventura aplicável à espécie, derivada e calcada tão-só na interpretação discrepante dos julgadores, desaponta e revolta os destinatários da atividade jurisdicional.

A necessidade de se adotar a uniformização da jurisprudência diz respeito ao fato de que muitas vezes, para caso semelhantes, veem-se decisões diferentes, acarretando um certo descrédito nas decisões advindas do poder judiciário. Nesse sentido, leciona Didier (2009, p. 468): “Não se pode admitir como isonômica a postura de órgão do Estado que, diante de uma situação concreta, chega a um determinado resultado e, diante de outra situação concreta, em tudo semelhante à primeira, chega à conclusão distinta”.

No sistema processual brasileiro existem diversas técnicas, as quais fazem-se apenas referências sem adentrar nas suas especificidades, implementadas para regular a uniformização da jurisprudência, ou em tese, tentar diminuir as discrepâncias que diariamente se vê nas decisões judiciais, sendo as seguintes: incidente de uniformização de jurisprudência; embargos infringentes; embargos de divergências; assunção de competência; ação rescisória por ofensa à literal disposição de lei; recurso de revista, ao TST, das decisões que derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, seu pleno, turma ou que contrariarem súmulas do STF; julgamento antecipado do mérito, nos casos em que, no juízo, já tenha sido prolatada sentença de total improcedência, em questão unicamente de direito e a otimização dos poderes do relator (MANCUSO, 2014).

Todas essas técnicas eram elencadas no Código de Processo Civil de 73,

ainda que estivessem positivadas não possuíam o condão de obrigatoriedade aos julgadores, que sempre pautados pelo princípio do livre convencimento do julgador, colocavam tais técnicas em segundo plano.

Com o Código de Processo Civil de 2015, foram mantidas praticamente todas essas técnicas, e o legislador acrescentou uma outra que traz consigo uma obrigatoriedade, que na prospeção de Mancuso (2014, p. 314) vá surtir melhores efeitos, a qual ele destaca:

Nesse rol de técnicas e instrumentos voltados a combater os efeitos das divergências jurisprudencial exacerbada, destaca-se a força do precedente judicial, não só na experiência do *Common Law* – no qual ele desempenha papel proeminente – mas também na família *Civil Law*, na qual o direito pretoriano vem galgando posições cada vez mais elevadas, especialmente no tocante às súmulas dos Tribunais superiores, dada sua aptidão para operar ao interno das chamadas estruturas dissipativas da desmensurada dispersão jurisprudencial.

Para os críticos da teoria do precedente judicial, a aplicação da uniformização irá tolher o livre convencimento do juiz, pois para eles, os juízes estarão limitados a aplicar decisões pré-estabelecidas por um órgão superior. No entanto, há de se refletir: se todas as decisões estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição, sendo que nas questões que dizem respeito às normas infraconstitucionais, a última decisão é do STJ, e nas de matérias constitucionais do STF, de pouco proveito se torna ao juiz de primeira instância usar de seu livre convencimento para dar uma decisão que difere daquelas assentadas nos colégios superiores, pois isso apenas resulta em protelação para se chegar a uma resolução da lide. Estando a jurisprudência uniforme a respeito de determinado assunto, as decisões terão um maior grau de previsibilidade e coerência (DONIZETE, 2015).

Na concepção de Moreto (2012, p. 85), a uniformização da jurisprudência, para que efetivamente alcance resultados plausíveis, deve passar por uma generalização dos efeitos vinculantes de todas as súmulas editadas por todos os tribunais, nas suas diversas instancias, assim ela expõe:

Dessa forma, pensamos que conferir eficácia vinculante a todas as súmulas dos tribunais superiores (e dos tribunais locais ou regionais quando funcionem como última instancia) – que poderiam ser revistas e canceladas a qualquer tempo, uma vez observados procedimentos e quórum específicos – seria a melhor opção, com vistas à uniformização da jurisprudência e ao consequente alcance da coerência interna do sistema como um todo.

Discutem os doutrinadores, como os órgãos jurisdicionais farão para dar efetividade a tal preceito? Pois entre a doutrina não há um consenso quanto as específicas determinações do termo precedente, como torná-lo então nesse espécime de uniformização da jurisprudência? Nesse sentido, adverte Mello (2008, p. 166):

Não obstante ser o conceito de Precedente bem como a definição de sua força vinculante serem pontos centrais para sua compreensão, longe estamos de alcançar tal intento de forma uníssona, dado o grau de imprecisão ou de indeterminação assumida para sua definição.

Por outro lado, há uma necessidade urgente de se adotar a uniformização da jurisprudência, isso porque, atualmente, o Poder Judiciário, em suas mais diversas instâncias, tem proporcionado, em muitos julgados, as mais díspares decisões, para casos que guardam similitudes têm desfechos desiguais. Para Marinoni e Mitidiero (2012, p. 17), é preciso repensar tais situações, pois produzir decisões diferentes para casos semelhantes é negar um dos princípios norteadores do Estado brasileiro, pois segundo eles:

Não há Estado Constitucional e não há mesmo Direito no momento em que casos idênticos recebem diferentes decisões do Poder Judiciário. Insulta o bom senso que decisões judiciais possam tratar de forma desigual pessoas que se encontram na mesma situação.

Faz-se necessário, anotar, que com o atual Código de Processo Civil, quis o legislador estabelecer o respeito vertical às decisões coletivas consolidadas, buscando estabelecer a relevância de se dar tratamento igual em face das decisões judiciais dentro do Estado Constitucional. Uma vez estabelecido um padrão definido pelo órgão jurisdicional, tratamento igual deve ser dado a todos aqueles que os busquem com demandas semelhantes (DANTAS, 2013).

Dessa feita, a uniformização da jurisprudência vem a ser mais que um direito aos jurisdicionados, ela vislumbra uma melhor efetividade na aplicação dos princípios constitucionais, da isonomia e o da segurança jurídica, uma vez que os órgãos julgadores estão obrigados a manter suas decisões diante de casos semelhantes.

### 3.2 VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES COMO TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO

Em que pese no Brasil não ter existido por muito tempo, uma norma que



elevassem os precedentes judiciais aos mesmo níveis de obrigatoriedade que aos das leis, ou mesmo aos que aqueles têm no sistema *Common Law*, de muito, o sistema jurídico pátrio vem adotando técnicas que resultaram na criação de um sistema brasileiro de precedentes judiciais, que traz como resultado, a valorização dos precedentes judiciais. Nesse sentido Mancuso (2014, p. 14) aduz:

Vão, assim se descortinando novas realidades, em paralelo à gradual superação de antigos dogmas, radicalismos e maniqueísmos que antes perduravam entre os vários sistemas, regimes e famílias do Direito, através dos quais se buscava enquadrar a experiência jurídica em classificações por vezes calcadas em mal disfarçados (e defasados) nacionalismo, ou ideologias, tudo sob a égide de um contexto jurídico-político hoje de todo incompatível com as exigências emergentes no novo milênio e com as necessidades inerentes a sociedades massificadas, comprimidas num mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

A partir dessa inovação, com o uso de técnicas de outras famílias jurídicas, o precedente judicial passou a ter uma escalada valorativa no ordenamento jurídico brasileiro. Essa aplicação e valorização dos precedentes judiciais se efetiva pela aplicação de várias técnicas, que promovem a uniformização da jurisprudência.

Essas técnicas estão agrupadas em três grandes grupos: técnicas temporais, técnicas de conteúdo e técnicas mistas. Nas palavras de Rosa (2013, p. 87):

Dentro desses três grupos pode-se inserir todos os gêneros elencados a seguir: No primeiro grupo (técnicas temporais), inserem-se os seguintes gêneros: técnicas que permitem a suspensão do duplo grau de jurisdição e técnicas que permitem o julgamento imediato da causa. No segundo grupo, das técnicas de conteúdo, temos o gênero das técnicas que impõem um conteúdo obrigatório à decisão subsequente. Por fim, no grupo das técnicas mistas, tem-se o gênero das técnicas que permitem a suspensão do processo até que uma tese seja fixada e também o gênero das técnicas que permitem a fungibilidade recursal, para receber um recurso como se outro fosse, quando o segundo não foi admitido.

Todas elas abarcam todos os elementos constitutivos dos precedentes judiciais, e descrevê-las nesta pesquisa desvirtuaria o objetivo proposto. De modo geral pode-se dizer que essas técnicas permitem formar uma teoria de precedentes, com vista a uniformização da jurisprudência.

Não obstante constar no sistema jurídico brasileiro, a partir da emenda constitucional nº45/04, o uso dos precedentes judiciais, revestidos nas súmulas vinculantes, como já exposto, não carregavam um *status* de constrição aos julgadores. Com o Código de Processo Civil de 2015, os precedentes judiciais foram elevados a uma categoria de observância obrigatória, conforme inteligência do artigo 926 e 927,

do CPC. E isso aconteceu porque o sistema está sobrecarregado por inúmeras demandas e recursos, que tratam de fatos semelhantes. Sobre tal aspecto, merece ser trazido à baila a excelente exposição de Rosa (2013, p. 104) que assevera:

Na realidade judiciária contemporânea, observa-se uma extrema litigiosidade. Mas não é apenas isso, tem-se uma massificação de demandas: uma massa de processos a respeito dos mesmos assuntos, das mesmas teses, contra as mesmas pessoas; pedidos de indenização sobre os mesmos fatos originários (o mesmo dano a várias pessoas); pedidos idênticos sobre causas de pedir idênticas, mas sem identidades de partes. É preciso contingenciar a litigiosidade.

Se o papel dos precedentes leva a um entendimento de produzir decisões iguais para casos que guardem semelhanças no direito fático, conforme entendimento de Ataíde Jr, (2012, p. 62) “o precedente constitui-se numa decisão judicial, considerada em relação de autoridade a outras, cujo núcleo essencial, extraível por indução, tende a servir como premissa para julgamentos posterior de casos análogos”. Faz-se necessário reunir os processos semelhantes/idênticos. Assim, se os pedidos e a causa de pedir são iguais, para o julgador pouco importa quem é a parte, pois o resultado do julgamento deve ser igual em todas as vezes que tais causas forem submetidas ao julgador (ROSA, 2013).

Uma vez constatado que o atual sistema processual e o modelo de solução dos litígios individualizados, não estava dando uma resposta satisfatória ao tratar dos interesses massificados, buscou-se implantar o sistema obrigatório dos precedentes judiciais conforme estabelecido no Código de Processo Civil de 2015, elencando-o como uma técnica de uniformização (CUNHA, 2010).

Nesse diapasão, o precedente judicial reveste-se de uma capacidade unificativa, valorizando as decisões judiciais, ao mesmo tempo que garante aos jurisdicionados, a segurança jurídica.

### 3.3 O PRECEDENTE JUDICIAL COMO CRITÉRIO DE ORIENTAÇÃO À INTERPRETAÇÃO NORMATIVA

Diversas são as razões pelas quais os precedentes judiciais têm-se despontado no sistema jurídico brasileiro. Independentemente de sua expressividade, seja como elemento estrutural do *Common Law*, compondo a base do *stare decisis*, ou ainda como uma técnica adaptada pelo direito brasileiro, visando preencher uma

lacuna que até então as técnicas do *Civil Law* não foram capazes de trazer uma resposta satisfatória. O que se percebe é que o precedente judicial, na mais simples aplicação do termo, remete-se ao estado daquilo que foi decidido anteriormente e como prática de justiça tal condição, deve-se dar tratamento igual ao caso em apreço (MANCUSO, 2014).

Assim, o precedente pode ser visto ou entendido como o elemento que promove “enriquecimento hermenêutico do sistema jurídico” (LOPES FILHO, 2016, p. 339). Ou seja, a lei por si só não é capaz de abarcar todos os conflitos resultantes de um mesmo fato jurídico. Nesse aspecto, entra a figura do precedente judicial como possível técnica de orientação à interpretação normativa, estabelecendo uma interligação entre os casos que guardam semelhanças, pois ao estabelecer um precedente judicial, o órgão julgador necessariamente tem que formular uma nova tese, na qual é discutida todas as nuances que envolvem aquele caso, e que portanto, quando da sua aplicação ao outros casos semelhantes, assim, aquela tese paradigma terá uma aplicabilidade mais abrangente, pois fora amplamente discutida pelo órgão julgador (LOPES FILHO, 2016).

No entanto, a controvérsia está em estabelecer o que seja precedente judicial numa determinada decisão prolatada por um órgão julgador. Para muitos doutrinadores, o problema reside na complexidade da compreensão do precedente judicial, e de seus elementos estruturais. Conforme expõe Pugliese (2011, p. 87) “comumente não fica claro quais casos contam como precedentes e, ainda mais importante, é muito raro saber como esses casos serão aplicados na questão que se coloca diante dos tribunais”. Por outro lado, o referido autor propõe que no sistema jurídico brasileiro, uma boa interpretação dos precedentes judiciais, com suas funções adaptadas ao sistema *Civil Law*, depende da “boa vontade e a consciência de que a justiça das decisões não está na casuística, mas na aplicação de um mesmo direito para todos os jurisdicionados” (PUGLIESE, 2011, p. 89).

Nessa linha de raciocínio, Lopes Filho (2016, p. 341) aduz: “percebe-se que o precedente abre a ordem jurídica ao contexto social, porque será por meio deles que a complexidade da vida interagirá com o Direito em um ato “oficial” do Estado (julgamento judicial) ”.

Assim, o precedente judicial como critério de interpretação normativa, tem a função de ampliar ou restringir os efeitos de sua aplicabilidade diante de casos específicos que demandam uma análise acurada sobre possíveis resultados que o

tornaria ineficaz (LOPES FILHO, 2016).

Nesse sentido, o precedente judicial, como parâmetro de interpretação normativa, visa tornar aplicação do Direito mais eficaz. Dessa forma, propõe Pugliese (2011, p. 90): “Teoricamente, portanto, é possível utilizar precedentes para dar materialidade às leis, assim contribuindo para o desenvolvimento do Direito, mas, ao mesmo tempo, garantindo uniformidade, previsibilidade, coerência e igualdade nas decisões”.

### 3.4 IGUALDADE E SEGURANÇA JURÍDICA EM FACE DO PRECEDENTE JUDICIAL

Somente se produz justiça quando é dispensado tratamento isonômico aos cidadãos que buscam no poder judiciário a solução para os seus conflitos. E que a essas demandas sejam dadas uma resposta que atenda aos critérios de efetiva justiça. Nesse sentido, Maria Brasil e Duarte (2015, p. 4) aduzem que: “não seria possível pugnar por uma relação processual efetiva, eficiente e dialética, se, no fundo da questão, não se trabalhasse com uma igualdade real, substancial entre as partes”.

Portanova (2005, p. 37) ao comentar sobre o princípio da igualdade salienta:

Trata-se de um princípio informativo, não só do processo civil, mas de todo o direito. É norma verdadeiramente supraconstitucional. É indispensável que o intérprete veja a necessidade do tratamento igualizador de forma mais abrangente do que a tão-só “igualdade perante a lei”.

Dessa feita, um sistema de precedente judicial, que busque a uniformização da jurisprudência, prescinde de ter por parte de seus executores uma plena consciência panprocessual que efetivamente atenda aos reclamos sociais. Maria Brasil e Duarte (2015, p. 22) salienta que: “Um sistema que se pretenda justo, dialético, efetivo e eficiente não pode, jamais, prescindir de valores como a igualdade substancial e a segurança que se alcança quando, para casos similares, a solução entregue é a mesma”.

No Estado Democrático de Direito, como o adotado pelo Brasil, o juiz deve ser livre para tomar a sua decisão, uma vez que a Constituição Federal lhe garante essa autonomia funcional. Por outro lado, a Constituição Brasileira também prevê o princípio da igualdade de todos perante a Lei, que deve ser visto não só em abstrato, mas também em relação à sua interpretação nos casos concretos (SANTO, 2014).

De igual maneira, a uniformização da jurisprudência visa produzir segurança

jurídica. Nos ensinamentos de Sarlet (2005, p. 56):

A segurança jurídica liga-se à noção de dignidade da pessoa humana, afirmando que a dignidade não restará suficientemente respeitada e protegida se as pessoas são atingidas por um tal nível de instabilidade jurídica que não estejam mais em condições de, com um mínimo de segurança e tranquilidade confiar nas instituições sociais e estatais e numa certa estabilidade das suas próprias posições jurídicas.

Para se entender melhor o princípio da segurança jurídica, é importante destacar que ele tem como objetivo amparar e preservar as expectativas das pessoas. Assim, é possível apontá-lo como um instrumento capaz de assegurar a previsibilidade que a sociedade espera, podendo vir do Direito positivado, bem como dos juízes e tribunais, ou seja, aqueles que efetivamente exercem a jurisdição. A imprescindibilidade de se ter segurança jurídica nas relações processuais se manifesta, nas palavras de Dias (2007, p. 227), quando:

A constância da contenda e a ausência de certeza e segurança jurídica advindos da eternização do processo são fatores mais nocivos para a sociedade do que aqueles oriundos da qualidade da prestação jurisdicional pelo seu desfecho. As pessoas mais sofrem as angústias da insatisfação durante a litispendência, experimentando uma sensação de alívio quando o processo termina ainda que com solução desfavorável.

A falta de segurança jurídica resulta das múltiplas decisões para situações idênticas ou semelhantes que revelam uma ordem jurídica incoerente. Observa-se que as decisões judiciais prolatadas no Brasil, não têm qualquer estabilidade e uniformidade, nem dentro do mesmo órgão julgador, pois muitas vezes o cidadão busca o poder judiciário em razão de ter o direito pleiteado como certo, mas durante o decorrer do processo, tal entendimento é mudado (MARINONI, 2012). Coadunando desse mesmo pensamento, Maria Brasil e Duarte (2015, p. 9) salientam que:

Não apresenta maiores dificuldades o raciocínio que aponta que a vasta gama de posicionamentos jurisprudenciais distintos e, por vezes, incompatíveis, a propósito de um só fato ou norma, causa perplexidade e insegurança jurídica no meio social. O cidadão que busca a tutela jurisdicional para certa questão, por vezes, acaba tendo a sensação de ter se atirado em um labirinto, às cegas, sem saber o que esperar em sua demanda.

O mínimo que o cidadão pode esperar, num Estado de Direito, é o respeito à confiança gerada pelos atos e decisões do Poder Público (MARINONI, 2012). Assim, o Estado deve proporcionar aos cidadãos condições para que eles tenham

previsibilidade quando da busca de seus direitos. Para Daudt e Mezzalira (2014, *online*):

É possível afirmar que a uniformização da jurisprudência por meio dos precedentes representa uma segurança jurídica aqueles que se socorrem do Poder Judiciário. A proposta do novo Código de Processo Civil contempla a ideia de uniformizar a jurisprudência e torná-la obrigatória. Pois A falta de uniformidade da jurisprudência e a sua constante alteração, gera insegurança aos jurisdicionados e um sistema sem coesão.

É notório que muitas vezes a insegurança jurídica parte daqueles que deveriam mantê-la, pior ainda, dentro de um mesmo órgão há posições divergentes a respeito de um mesmo tema, causando perplexidades naqueles que, confiando ter seu direito assegurado, se deparam com decisões diversas assentadas naquele mesmo colegiado. Para Arruda Alvim, Araken de Assis e Eduardo Arruda Alvim (2012, p. 742):

A orientação divergente decorrente de turmas e câmaras, dentro de um mesmo tribunal – no mesmo momento histórico e a respeito da aplicação de uma mesma lei – representa grave inconveniente, gerador da incerteza do direito, que é o inverso do que se objetiva com o comando contido numa lei, nascida para ter um só entendimento.

O artigo 5º, da Constituição Federal, dispõe que todos são iguais perante a lei. Essa igualdade deve se estender ao processo, bem como às decisões judiciais, à luz do modelo constitucional do processo civil. No entendimento de Wambier (2009, p. 127):

Evidencia-se que a insegurança jurídica e a constante modificação de jurisprudência não correspondem aos preceitos constitucionais de acesso à justiça, da garantia da duração razoável do processo (celeridade processual), estabilidade e segurança.

Em vista disso, nota-se que os precedentes judiciais, na sua forma obrigatória, como disposto no Código de Processo Civil, representa de forma mais clara, o modelo de processo que a Constituição visa estabelecer. Ademais, exerce uma melhor estabilidade e segurança jurídica para a coletividade resultando num sistema mais coeso (CÉZAR, 2011).

Por isso, defender a uniformização da jurisprudência é propiciar maior certeza na aplicação do direito. O mesmo entendimento é compartilhado por Zanetti Jr. (2014, p. 293) “Existindo um Poder Judiciário, devem haver meios de controle sobre a racionalidade de suas decisões de forma a garantir a uniformidade e a continuidade

do direito para todos os casos análogos futuros”.

A dinamicidade que o direito precisa empreender diante dos inúmeros casos levados aos órgãos jurisdicionais, necessita, conjugada com a necessidade de se ter segurança jurídica e isonomia no tratamento de cada caso em específico, de uma resposta efetiva e eficaz que se perfaça no maior senso de justiça para a sociedade. Para Wambier (2009, p. 163):

A uniformização de jurisprudência enseja uma pacificação dos precedentes jurisprudenciais quanto ao tema e, por essa razão, fortalece a segurança jurídica e a credibilidade do Poder Judiciários junto aos jurisdicionados, a par que evita decisões conflitantes para idênticas situações que ameaçam a confiança no princípio da isonomia. A inconstância e imprevisibilidade do Poder Judiciário contribuem para o descrédito, além da morosidade e custo elevado do processo.

O precedente judicial, conforme estabelecido no Código de Processo Civil de 2015, desponta-se como uma técnica que busca dar um tratamento mais uniforme à jurisprudência pátria, e assim, como elencado na Constituição Federal, busca de forma igualitária, que o Estado Democrático de Direito, seja uma realidade àqueles que de alguma maneira acabam chegando até o Estado-Juiz em busca de soluções às suas demandas.

Dessa forma, o Estado tem o dever de apresentar uma decisão acima de tudo justa, correspondente com a realidade dos fatos apresentados, e que promova a pacificação dos conflitos. Para isso, ele deve empreender todos os meios necessários de que dispõem, pois cabe-lhe prestar um serviço processual não só efetivo, mas essencialmente eficiente, nos quais os resultados possam ser medidos em termos quantitativos, qualitativos e probabilísticos de modo satisfatório (DUARTE; BRASIL, 2015).

### 3.5 DESESTÍMULO À LITIGÂNCIA E FAVORECIMENTO DE ACORDOS

Um dos motivos alegado e apontado para a morosidade no sistema processual brasileiro é a quantidade excessiva de demandas propostas, sendo isso o resultado da falta de previsibilidade que o sistema não comporta. Quase todos os litígios são judicializados, os cidadãos não conseguem promover um consenso e compor um acordo que coloque fim a lide antes de levá-la até ao Estado para que se diga a quem pertence o direito.

Nesse sentido, Pugliese (2011, p. 69) alerta que:

O litígio só prossegue se as partes acreditarem que têm chance de receber uma decisão favorável. Assim, a incerteza é uma condição necessária para que se dê continuidade ao processo judicial. Se a incerteza é grande, haverá um alto número de litígios, inclusive no âmbito recursal.

Nesse contexto, diante da imprevisibilidade que o sistema apresenta, as pessoas veem a chance de vencer suas demandas, muitas vezes cômicos de que não lhes assistem tal direito, mas como cada julgador pensa e julga de uma maneira, criam-se assim, expectativas de que se possa vencer mesmo quando não seria o justo. No entanto, Pugliese (2011, p. 69), adverte ainda que:

Se as decisões judiciais passam a ser respeitadas como precedentes, a incerteza é reduzida e, por consequência, o número de litígios torna-se menor. Nesse sentido, ao se revestir como precedente, a decisão projeta a influência dos juízes com maior eficácia para guiar comportamentos futuros e para que os particulares resolvam seus conflitos sem a necessidade de recorrer ao Judiciário.

Ressalte-se que quando se propõe o acordo como solução das lides, fala-se de as partes identificarem por meio de suas provas e diante daquele caso específico, como decidiria o juiz a quem fosse levado tal demanda, e, com base nisso, propusessem um acordo justo, pagando o que é devido. Porém, tal prática só se tornaria viável ante a previsibilidade das decisões judiciais, doutra forma, torna-se mais vantajoso aventurar no processo judicial, protelando e por consequência, forçando a outra parte a aderir a um acordo “injusto”, frente a possibilidade de o juiz dar uma sentença desfavorável (PUGLIESE, 2011).

Nesse sentido, o Código de Processo Civil de 2015, traz como uma das principais mudanças, o entendimento de que o sistema processual caminhe numa direção de uniformização da jurisprudência, entendida em suas mais diversas contextualizações, pois sendo extraídas das legislações aplicáveis a casos iguais devem ter sentenças similares. Desta feita, a aplicação obrigatória dos precedentes dos órgãos superiores, pelos de primeira instância prestigia a economia processual e promove a celeridade das demandas, dando ao processo um senso de efetividade e justiça (MORAES, 2007).

Assim, se alguém sabe que ao promover um litígio no Poder Judiciário, tem decisões que já, no mesmo direito e fatos, lhe foram desfavoráveis, indubitavelmente buscará resolvê-la por meio de uma composição.



### 3.6 ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À TEORIA DOS PRECEDENTES

Dada a atual conjuntura porque passa o sistema processual brasileiro, o respeito aos precedentes judiciais desponta-se como garantidor de diversos benefícios. No entanto, para que estes cheguem até a sociedade, necessário se faz que os juízes deixem de lado, em muitos casos, o apego desmedido ao tão usualmente citado, princípio da livre convicção do juiz, o qual torna-se o esteio nas decisões conflitantes diante de casos iguais ou semelhantes.

Os que relutam em aceitar os precedentes judiciais como perspectivas de aprimoramento do sistema processual brasileiro, justificam que, essa nova técnica fere o princípio constitucional da independência do magistrado e que a “desobediência por parte dos juízes” em não seguir os precedentes dos órgãos superiores estimula a reforma do direito, bem como produzirá um engessamento do Direito, e se for implantado tal sistemática, haverá por consequência, prejuízo ao ordenamento jurídico (PUGLIESE, 2011).

Contrapondo tal argumento, Anderle e Oliveira (2014, p. 307) aduzem que: “a doutrina do stare decisis não exige obediência cega a decisões passadas. Ela permite que os tribunais se beneficiem da sabedoria do passado, mas rejeitem o que seja desarrazoado ou errôneo”. Ainda tratando desse mesmo assunto, Neves (1983 *apud* ANDERLE e OLIVEIRA, 2014, p. 318) elenca:

Com efeito, a vinculação por precedentes no sistema da *Common Law* não se trata de uma vinculação imutável e definitiva, traduz antes o sábio equilíbrio, praticamente conseguido, entre a estabilidade e a continuidade jurídicas de um lado, e a abertura e a liberdade jurisdicionais, de outro, por meio da vinculação com as possibilidades do *distinguishing* e do *overruling*.

Por tudo o que já foi exposto, as premissas elencadas pelos críticos da teoria do precedente judicial, não prosperam, pois este não torna o juiz um mero repetidor daquilo que o órgão superior já estabeleceu, ou seja, o precedente judicial tem em sua composição elementos que permite ao julgador diante do caso concreto avaliar se cabe ou não a sua aplicação, trata-se do *overruling* e do *distinguishing*. Nas palavras de Rosito (2012, p. 305) o *overruling*:

É a técnica que visa reconhecer a existência de fundamento jurídico para abandono do precedente anteriormente estabelecido, não porque os fatos do

caso presente são diferentes dos fatos do caso paradigma, mas sim porque outra tese jurídica deve ser a ele aplicada”.

De igual maneira, de acordo com Wambier (2012, p. 21) *distinguishing*:

É uma técnica, típica do *Common Law*, consistente em não se aplicar o precedente quando o caso a ser decidido apresenta uma peculiaridade, que autoriza o afastamento da rule e que a decisão seja tomada independentemente daquela. Com efeito, o *distinguishing* acontece quando são apresentadas aos juízes decisões anteriores que poderiam ser utilizadas como precedentes, mas não o são por existirem desigualdades em pontos essenciais

Nesse ponto, torna-se importante o papel da doutrina, pois ao se verificar que um precedente está produzindo injustiça, seja por não acompanhar a evolução do direito, seja por mostrar conflitante com uma nova norma, cabe a esta apontar as incompatibilidades e ao mesmo tempo apresentar soluções para estas novas demandas. Isso fará com que, inevitavelmente, o órgão prolator do precedente judicial aplique as técnicas do *overruling* ou do *distinguishing* e revê-lo, para promover a alteração necessária ou até mesmo sua revogação (PUGLIESE, 2011).

De igual maneira, a premissa segundo a qual o direito e suas regras jurídicas devem estar sempre sujeitos a alterações diante da rápida e complexa evolução da sociedade, carece de uma base mais sólida.

É indiscutível a evolução porque passa a sociedade, bem como as complexas relações que a permeia, daí estabelecer que por causa dessas intempéries o direito precisa ser flexível a qualquer mudança, parece um tanto frágil. É preciso ter um mínimo de segurança no sistema jurídico, e isso se faz tornando suas regras mais rígidas, no Brasil, exemplifica, as tão conhecidas cláusulas pétreas, que são imutáveis pelo poder reformador. Nesse sentido, Pugliese (2011, p. 79) elenca:

Não é dado a um magistrado que assuma um posicionamento diferente somente porque seu entendimento pessoal acerca do tema é divergente. Suas opiniões podem ser manifestadas por meio de concordâncias críticas ou por publicações doutrinárias. Como juiz, porém, ele tem o dever de preservar a coerência do ordenamento e a confiança do jurisdicionado em uma regra e nos precedentes que a aplicam.

Por fim, todas as críticas aos precedentes elencadas no presente trabalho já foram enfrentadas no *Common Law*, não sendo suficientemente convincentes para a sua não utilização. Pelo contrário, serviram como meios de aprimoramento do sistema de precedente judicial (PUGLIESE, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o precedente judicial em sua total dimensão não é uma tarefa fácil, seja pela complexidade que envolve sua conceituação, seja pela dificuldade de aceitação por parte da doutrina de sua efetiva aplicação. No entanto, é inegável sua utilização no sistema processual brasileiro, o qual carrega um viés positivista do sistema *Civil Law*, enquanto que o precedente judicial tem suas raízes entrelaçadas ao sistema *Common Law*, e que está sendo amoldado ao sistema processual brasileiro para exercer um papel uniformizador da jurisprudência.

O atual sistema jurisprudencial brasileiro tem um déficit quanto a uniformização de suas decisões, e isso deve-se, em parte, à cultura jurídica de ordem da família do *Civil Law* de fixar suas bases, primordialmente, na lei como fonte primária do direito, e ao juiz ser incumbida a missão de dar soluções aos casos trazidos ao judiciário, independentemente de a lei regular este ou àquele caso. O que quase sempre resulta numa análise de juízo valorativo do próprio julgador, e por consequência, inúmeros julgados que tratando de matérias análogas, apresentam soluções díspares.

Constata-se pelo exposto na presente pesquisa, que a jurisprudência brasileira, bem como a doutrina, não tem um conceito unívoco e definido para essa nova técnica (os precedentes judiciais obrigatórios) apresentado no Código de Processo Civil de 2015. A legislação brasileira contempla de diversas formas instrumentos que assemelham ao precedente judicial, não da forma materializada, como ele é apresentado no sistema *Common Law*, assim, divergências várias têm surgido entre os doutrinadores quanto a sua efetiva aplicabilidade.

Discussões à parte, o precedente judicial está presente na prática judiciária brasileira em quase todos os casos apresentados ao Poder Judiciário. Em dado momento são usados no sentido de obrigatoriedade vinculativa (súmulas vinculantes)

ou seja, houve uma decisão prolatada pelo STF sobre aquele assunto, e, portanto, deve-se segui-la. Por outras vezes, atribui-lhe o sentido de um caso julgado anteriormente, aplicando a ele o efeito persuasivo, quando se colaciona jurisprudência dominante desse ou daquele órgão. Há, portanto, um constante uso dos precedentes judiciais na prática judiciária do país.

Em que pese haver diferenciação quando da sua aplicação no direito brasileiro, daquela em que se concebe no sistema *Common Law*, o precedente judicial, sob a positivação do Código de Processo Civil de 2015, prospecta-se como uma via de celeridade processual diante da morosidade do sistema jurídico brasileiro.

Ao mesmo tempo, a aplicação do precedente judicial de forma obrigatória, propicia a superação de um problema do qual os intérpretes e usuários do direito de muito contestam, a saber: a falta de previsibilidade do resultado quando da propositura das demandas, o que reflete como um senso de insegurança jurídica e de tratamento desigual frente a casos semelhantes.

Com as devidas vênias àqueles que tecem críticas ao sistema dos precedentes judiciais, não lhes assistem razões indistintamente, conforme fora exposto na presente pesquisa, o precedente judicial é nascido de uma cultura que tem apego aos costumes e as práticas judiciárias passadas (*Common Law*), entretanto, isso não quer dizer que suas técnicas não têm aplicação em outro sistema, como o caso do Brasil, país filiado a família *Civil Law*, que tem por base a lei, a norma positivada. Assim, achou por bem o legislador positivar uma prática do Poder Judiciário, que frente a uma enorme demanda litigiosa viu-se obrigado a adotar medidas que promovesse a celeridade processual.

Nesse sentido, estabeleceram-se no Código de Processo Civil de 2015, instrumentos e elementos que na essência trazem com eles os efeitos do precedente judicial do *Common Law*, mas com aplicabilidade à realidade brasileira. Ou seja, nos países da família *Common Law*, o precedente judicial é tradição arraigado na prática jurídica sem necessidade de codificação, no Brasil, ante a herança positivista do *Civil Law* em que a fonte do direito deve ser a lei, elevou-se o precedente judicial ao *status* de norma positivada, em que pese sua aplicabilidade e efetividade depender da atividade cognitiva dos julgadores.

Diante da complexidade do sistema jurídico brasileiro, com seus órgãos sobrepostos, é até tolerável que haja divergência jurisprudencial, no entanto, não pode ser aceitável que cada julgador tenha a sua própria tese sobre determinado assunto

que tenha passado pelo crivo da discussão nos órgãos superiores e que, em face de tal liberdade, esse ou aquele juiz, julgue de acordo com seu entendimento sem se pautar pelo que seja mais ou menos equânime e justo, perpetuando uma prestação jurisdicional desigual, insegura, incoerente e desuniformizada. Tratar os jurisdicionados de forma igualitária é indispensável a qualquer sistema jurídico e o precedente judicial desponta como um elemento uniformizador desse tratamento ao produzir uma interpretação isonômica do Direito.

Ao se partir rumo a um novo sistema processual, trazido pelo Código de Processo Civil de 2015, o qual se pauta em novos conceitos hermenêuticos, que por certo estabelece novos padrões, faz-se necessário que se tenha uma nova visão sobre os dispositivos, ora erigidos à norma legal. Evidentemente, depende de cada intérprete e operador do direito juntar esforços com vistas a superar os ditames praticados até então, nunca deixando de lado os direitos fundamentais dos cidadãos que buscam no Poder Judiciário a solução dos conflitos que não conseguiram resolver por meio de comuns acordos.

Notadamente, o precedente judicial aplicado no Brasil, difere em muitos aspectos daquele do *Common Law*, no entanto, seria muita pretensão dizer que o mesmo não tem nenhuma efetividade no sistema processual brasileiro como quis o legislador no Código de Processo Civil de 2015. Essa busca pelo aperfeiçoamento do sistema jurídico brasileiro segue-se uma tendência imposta pela globalização do direito, a qual aproximou os sistemas jurídicos existentes e, por consequência, percebe-se essa interação entre os sistemas que passam a adotar métodos uns dos outros e os amoldam de maneira que possam atender suas necessidades.

Nesse sentido, por todo o exposto no presente trabalho, pode-se chegar a duas principais conclusões: primeira: a efetividade dos precedentes judiciais, apesar de discutível, é factível de aplicação no sistema jurídico brasileiro, essencialmente, porque ele comporta uma capacidade de resolução de demandas repetitivas, dando uma resposta que atenda as ações de massa. Assim como possui instrumentos que podem ser utilizados diante de um único caso, mas que servirão de base e padrão para resolver outros casos futuros que guardem semelhanças no direito fático. De tal modo, o precedente se portará como uma técnica de uniformização da jurisprudência, estabelecendo e promovendo o Direito com mais efetividade e justiça.

Pode-se elencar ainda, que, com a aplicação dos precedentes judiciais promover-se-á a segurança jurídica, em que se pesem argumentos contrários, mas

se trata de segurança num plano concreto, e não no plano da exegese jurídica pautada pela cognição especulativa daqueles que veem no precedente judicial um elemento estranho ao direito brasileiro. Aplicar os precedentes judiciais é colocar em prática os consagrados princípios constitucionais. Observar os precedentes judiciais é respeitar o Estado Democrático de Direito, esteio que promove o respeito à igualdade.

O sistema processual brasileiro demonstrou que não foi capaz de atender, resolver ou oferecer uma resposta aos jurisdicionados, essencialmente, no quesito da distribuição da justiça. Desta feita, se o sistema que está posto não produz o resultado que se espera, os precedentes judiciais apresentam-se como uma nova perspectiva jurisdicional de efetividade ao direito processual civil da atualidade. Inúmeras demonstrações de sua efetividade já foram demonstradas nos países que adotam o sistema *Common Law*, com resultados satisfatórios, portanto, é válida a sua adoção pelo sistema processual brasileiro.

A segunda conclusão a que se pode chegar, diz respeito a efetiva constituição e aplicação dos precedentes judiciais. Por ser o Brasil um país que desde seus primórdios foi influenciado pelo sistema *Civil Law*, há resistência por boa parte dos julgadores, em aplicar uma nova técnica, essencialmente quando esta vem de encontro a conceitos internalizados, como o tão citado princípio do livre convencimento do juiz. Nessa esteira, o sucesso dos precedentes judiciais estará intrinsicamente ligado à mudança de paradigmas por parte dos julgadores.

Se os precedentes judiciais não forem vistos pelos juízes como elemento fundamental da promoção da justiça e da igualdade, com o qual eles poderão transmutar os casos que eles decidirem e muitos outros que com estes guardarem semelhanças, de pouca utilidade se revestirá, em que pese estarem ele estar revestido de obrigatoriedade.

O juiz precisa ver os precedentes judiciais como o mais acurado exame que se pode fazer do caso analisado e, mesmo que não concorde com a decisão tomada, se convença que é a melhor a ser aplicada ao caso, somente assim, será possível instituir um sistema de precedentes judiciais efetivo e eficaz no Brasil.

Por fim, vale destacar que a efetividade do precedente judicial como uma técnica de uniformização da jurisprudência, deve passar antes de tudo por uma efetividade do próprio precedente judicial, uma vez sendo adotado com todos os seus elementos constitutivos pelos julgadores, naturalmente, apresentar-se-á revestido desta técnica uniformizadora da jurisprudência.

Conclui-se, portanto, que a presente pesquisa atingiu o seu fim culminado, ao evidenciar que: o precedente judicial, o seu conceito e efetiva aplicação ainda estão longe de serem um consenso entre os aplicadores e estudiosos do direito processual civil brasileiro, em que pese ter-se avançado consideravelmente. À vista disso, pode-se afirmar que dentro da especificidade do sistema processual brasileiro, o precedente judicial evidencia-se como uma técnica de uniformização da jurisprudência, se aplicado nos termos propostos pelo legislador e positivado no Código de Processo Civil de 2015. Conforme foi sucintamente apresentando na presente pesquisa, bem como demonstrado a sua sistemática que se desponha como um avanço no sistema processual brasileiro, sem, pretender, obviamente, esgotar o assunto em relação ao tema do presente estudo.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Introdução ao direito comparado**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

ALVIM, Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; ASSIS, Araken. **Comentários ao código de processo civil**. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ, 2012.

ANDERLE, Rene Jose; OLIVEIRA, Pedro Miranda de. O sistema de precedentes no CPC projetado: engessamento do direito? **Revista de Processo**, vol. 232/2014, p. 307 – 324, jun/2014.

ASSIS, Araken de. **Manual de recursos**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ATAIDE JR, Jaldemiro Rodrigues de. **Precedentes vinculantes e irretroatividade do direito no sistema processual brasileiro**: os precedentes dos tribunais superiores e sua eficácia temporal. Curitiba: Juruá, 2012.

\_\_\_\_\_, Jaldemiro Rodrigues de. O princípio da inércia argumentativa diante de um sistema de precedentes em formação no direito brasileiro. **Revista de Processo**, vol. 229/2014, p. 377-401, Mar/2014.

BATALHA, Wilson de Souza Campos; RODRIGUES NETTO, Silvia Marina L. Batalha de. **Filosofia jurídica e história do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg nos EREsp n. 228.432/RS**. Ministro Humberto Gomes de Barros. DJE. Edição nº 1394 – Brasília, disponibilização Quarta-feira, 23 de outubro de 2013, publicação Quinta-feira, 24 de outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação 4.335 Acre**. Voto-Vista. Ministro Teori Zavascki. DJe nº 208 Divulgação 21/10/2014 Publicação 22/10/2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=63010>>. Acesso em: 10 de out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Novo Código de Processo Civil. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato20152018/2015/Lei/L13105.htm>>. Acesso em: 21 out. 2016.

BRASIL, Maria Eduarda de Oliveira; Antônio Aurélio Abi-Ramia. **O desafio de uniformizar a jurisprudência e o papel do Código de Processo Civil de 2015 – Novos Desafios**. Disponível em:<<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/O->



desafio-de-uniformizar-a-jurisprudência-e-o-novo-cpc-via+final.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Teoria do precedente judicial**: a justificação e a aplicação de regras jurisprudenciais. São Paulo: Noeses, 2012.

CAMELO, Marília Machado de Siqueira. **Precedente judicial: institutos do direito processual civil relacionados ao efeito vinculante da jurisprudência**. Disponível em: <[http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/325/Monografia\\_Marilia%20Machado%20de%20Siqueira%20Camelo.pdf?sequence=1](http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/325/Monografia_Marilia%20Machado%20de%20Siqueira%20Camelo.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 22 out. 2016.

CÉZAR, Janine Paula Guimarães Calmon. **Uniformização da jurisprudência no sistema brasileiro**: Uniformização da jurisprudência no sistema recursal. Disponível em: <<http://janinecalmon.jusbrasil.com.br/artigos/114970739/uniformizacao-da-jurisprudencia-no-sistema-brasileiro>>. Acesso em: 23 ago. 2016

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O regime processual das causas repetitivas. **Revista de processo**, v. 179 p. 139 ss., jan. 2010.

DANTAS, Bruno. Direito fundamental à previsibilidade das decisões judiciais. **Revista Justiça e Cidadania**, 149, jan. 2013.

DAUDT, Simone Stabel, MEZZALIRA, Ana Carolina. A proposta do novo cpc de uniformização e estabilidade da jurisprudência x atual realidade brasileira. **Revista Páginas de Direito**, Porto Alegre, ano 14, nº 1122, 01 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.tex.pro.br/home/artigos/228-artigos-abr-2012/6473-a-proposta-do-novo-cpc-de-uniformizacao-e-estabilidade-da-jurisprudencia-x-atual-realidade-brasileira>>. Acesso em: 30 set. 2016.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**. V. I. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2009.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA; Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil**. 8. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2013, v.2.

\_\_\_\_\_; **Curso de direito processual civil**: Teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 11. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016, v 2.

DIAS, Handel Martins. O tempo e o processo. **Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ano XXXIV, n. 108, 2007.

GALIO, Morgana Henicka. Vinculação aos precedentes: crítica e reflexão acerca da segurança jurídica e eficácia do judiciário. In: IOCOHAMA, Celso Hiroshi; ORSINI, Adriana Goulart de Sena. (Coord.) Processo e Jurisdição I: **XXIII Encontro Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. p. 262-291. Disponível em:

[http://www.academia.edu/7830278/Vincula%C3%A7%C3%A3o\\_aos\\_precedentes\\_cr%C3%ADtica\\_e\\_reflex%C3%A3o\\_acerca\\_da\\_seguran%C3%A7a\\_jur%C3%ADdica\\_e\\_efic%C3%A1cia\\_do\\_judici%C3%A1rio](http://www.academia.edu/7830278/Vincula%C3%A7%C3%A3o_aos_precedentes_cr%C3%ADtica_e_reflex%C3%A3o_acerca_da_seguran%C3%A7a_jur%C3%ADdica_e_efic%C3%A1cia_do_judici%C3%A1rio)>. Acesso em: 23 de ago. 2016.

LIMA, Tiago Asfor Rocha. **Precedentes judiciais civis no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOPES FILHO, Juraci Mourão. **Os precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

MADEIRA, Daniela Pereira. A força da jurisprudência. In: Fux, Luiz (coord.). **O novo processo civil brasileiro**: direito em expectativa (reflexões acerca do projeto do novo código de processo civil). Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2011.

MANCUSO, Rodolfo Camargo. **Divergência jurisprudencial e súmula vinculante**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

\_\_\_\_\_, Rodolfo Camargo. **A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo estado de direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

\_\_\_\_\_, Rodolfo de Camargo. **Sistema brasileiro de precedentes**: natureza: eficácia: operacionalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARQUES, Elmer da Silva. **Os precedentes judiciais obrigatórios como fonte do direito no estado constitucional brasileiro**. Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Direito, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40837/R%20%20T%20%20ELMER%20DA%20SILVA%20MARQUES.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. A transformação do *Civil Law* e a oportunidade de um sistema Precedentalista para o Brasil. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, 2009-A.

\_\_\_\_\_, Luiz Guilherme. Da corte que declara o "sentido exato da lei" para a corte que institui precedentes. **Revista dos Tribunais**, vol. 950/2014, p. 165 – 198, Dez / 2014.

\_\_\_\_\_, Luiz Guilherme. Aproximação crítica entre as jurisdições de *civil law* e de *common law* e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**, Belo Horizonte, ano 17, n. 68, out./dez. 2009-B. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=63918>>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **O Projeto do CPC**. Críticas e propostas. São Paulo: RT, 2012.

\_\_\_\_\_, Luiz Guilherme. **A força dos precedentes**. Salvador: Juspodvm, 2010.

\_\_\_\_\_. **Precedentes obrigatórios**. 3. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2013.

\_\_\_\_\_. Uma nova realidade diante do projeto do CPC: a *ratio decidendi* ou os fundamentos determinantes da decisão. **Revista dos Tribunais**: RT, v. 101, n. 918, p. 351-414, abr. 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 26. ed. rev. e atual. Até a Emenda Constitucional 57, de 18.12.2008. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. **Precedentes**. O desenvolvimento Judicial do Direito no Constitucionalismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MERRYMAN, John Henry; PERDOMO, Rogelio Pérez. **A tradição da civil law**: uma introdução aos sistemas jurídicos da Europa e da América Latina. Trad. Cássio Casagrande. São Paulo, 1ª ed. 2009.

MESQUITA, Jose Ignácio Botelho de. **Teses, estudos e pareceres de processo civil**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MORAES, Carlos Frederico Gonçalves de. **O precedente judicial e sua contribuição à efetividade do processo**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito, da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito. Disponível em: <[http://www.unicap.br/tede//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=160](http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=160)>. Acesso em: 28 ag. 2016.

MORETO, Mariana Capela Lombardi. **O precedente judicial no sistema processual brasileiro**. Tese apresentada ao departamento de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor no curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-15052013-162737/pt-br.php>>. Acesso em 08 de ag. 2016.

NEVES, Marcelo. **Entre têmis e leviatã**: uma relação difícil. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

NOGUEIRA, Cláudia Albagli. O Novo Código de Processo Civil e o sistema de precedentes judiciais: pensando um paradigma discursivo da decisão ju

dicial. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**, Belo Horizonte, ano 22, n. 88, p. 185-210, out./dez. 2014.

NOGUEIRA, Hiolany Costa. **Precedentes judiciais como instrumento de segurança jurídica e sua aplicação no ordenamento jurídico Brasileiro**. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5531/1/20866909.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2015.

NUNES, Elpídio Donizete. **A força dos precedentes no novo código de processo civil**. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/data/files/7B/96/D0/66/2BCCB4109195A3B4E81808A8/A%20forca%20dos%20precedentes%20no%20novo%20Codigo%20de%20Processo%20Civil.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

PUGLIESE, William Soares. **Teoria dos precedentes e interpretação legislativa**. Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Direito, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/32233/R%20-%20D%20-%20WILLIAM%20SOARES%20PUGLIESE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 de jul. de 2016.

RAMIRES, Maurício. **Crítica à aplicação de precedentes no direito brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

RAMOS, Vinícius Estefaneli. **Teoria dos precedentes no civil law e no common law. Jus Navegandi**, Teresina, ano 18, n. 3621, 31 maio 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24569>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

ROSA, Fernanda Néri. **Precedentes judiciais: aspectos controvertidos de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro e o risco do discurso de fundamentação descontextualizado**. Dissertação apresentada ao colegiado do CMDIP-UFU como requisito parcial para obtenção do título de mestra do programa de pós-graduação em direito da Faculdade de direito da Universidade Federal de Uberlândia, área de concentração direitos e garantias fundamentais e linha de pesquisa tutela jurídica e políticas públicas. Uberlândia- MG, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13246>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

ROSA, Renato Xavier da Silveira. **Precedentes no processo civil brasileiro: valorização e efetividade**. Dissertação apresentada à Faculdade de Direito (Lago São Francisco) da Universidade de São Paulo (USP) como requisito parcial para obtenção do título de “Mestre” na área de concentração de Direito Processual, na subárea de Direito Processual Civil. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-12022014-151559/pt-br.php>>.

Acesso em: 20 ago. 2016.

ROSAS, Roberto. **Jurisprudência. Uniformização. Súmula**, in **Direito Processual: inovações e perspectivas – estudos em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira** (obra coletiva), coord. Eliana Calmon Alves e Uadi Lammêgo Bulos, São Paulo, Saraiva, 2003.

ROSITO, Francisco. **Teoria dos precedentes judiciais**: Racionalidade da tutela jurisdicional. Curitiba: Juruá, 2012.

SANTO, Geruza Ribeiro do Espírito. A vinculação dos precedentes judiciais no direito brasileiro e a autonomia judicial. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 10 out. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.50123&seo=1>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, Belo Horizonte, ano 3, n. 11, out/dez 2005.

SILVA, Haroldo de Araújo Lourenço da. **Precedente Judicial como Fonte do Direito**: algumas considerações sob a ótica do novo CPC. Disponível em: <<http://www.temasatuaisprocessocivil.com.br/edicoes-antiores/53-v1-n-6-dezembro-de-2011-/166-precedente-judicial-como-fonte-do-direito-algumas-consideracoes-sob-a-otica-do-novo-cpc>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Common Law**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000 .

SOUZA, Marcelo Alves Dias de. **Do precedente judicial à súmula vinculante**. Curitiba: Juruá, 2011.

STRECK, Lênio Luiz. **Verdade e consenso**: constituição hermenêutica e teorias discursivas. São Paulo: Saraiva, 2011.

TARANTO, Caio Márcio Gutterres. **Precedente judicial**: Autoridade e Aplicação na Jurisdição Constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **Precedente Judicial como fonte do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A uniformidade e a estabilidade da jurisprudência e o estado de direito - *Civil Law e Common Law*. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 57, n. 384, p. 53-62, out, 2009.

\_\_\_\_\_, Teresa Arruda Alvim. Estabilidade e adaptabilidade como objetivos do direito: civil law e common law. **Revista de Processo**. vol. 172. Ano 34. p. 121-174.

São Paulo: Ed. RT, 2009.

\_\_\_\_\_, Teresa Arruda Alvim. **O moderno processo civil**: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2012.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Correia de; Talamini, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 2. ed. São Paulo, 1999.

Zaneti Jr., Hermes. **Precedentes (Treat Like Cases Alike) e o novo Código de Processo Civil**. Universalização e vinculação horizontal como critérios de racionalidade e a negação da jurisprudência persuasiva como base para uma teoria e dogmática dos precedentes no Brasil. Revista de Processo. vol. 235. p. 293. São Paulo: Ed. RT, 2014.